

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Em 29 de fevereiro de 2024 às 09h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). Presente também o Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos, Sr. Celso Damadi. Presentes, ainda, a representante da empresa de auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes, Sra. Patrícia di Paula da Silva Paz. **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Publicações:** As demonstrações financeiras, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração do patrimônio líquido, as notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicadas em 28 de fevereiro de 2024 no jornal "O Estado de S. Paulo", nas páginas 20 a 28. **5. Mesa:** Presidente da Mesa: Renata Paula Ribeiro Narducci e Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **6. Ordem do Dia:** **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos; (iii) Ratificar as deliberações da Diretoria referentes aos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2023; (iv) Ratificar as deliberações da Diretoria referentes aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023; (v) Fixar a remuneração global mensal dos membros da Diretoria; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) Aprovar a desinvestidura da Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg do cargo de Diretora de Gente e Cultura da Companhia; (vii) Ratificar a composição da Diretoria da Companhia; e (viii) Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **7. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem reservas: **Em matéria ordinária:** (i) Aprovar, integralmente e sem reservas, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração da mutação do patrimônio líquido, as notas explicativas, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, conforme publicação datada de 28 de fevereiro de 2024, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício, conforme proposta da administração, no valor total de R\$ 1.711.672.146,57 (um bilhão, setecentos e onze milhões, seiscentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) que, acrescidos do valor de R\$ 28.140.700,71 (vinte e oito milhões, cento e quarenta mil, setecentos reais e setenta e um centavos) relativos à reserva de reavaliação, perfazem o valor total de R\$ 1.739.812.847,28 (um bilhão, setecentos e trinta e nove milhões, oitocentos e doze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos), da seguinte forma: a) R\$ 30.583.079,58 (trinta milhões, quinhentos e oitenta e três mil, setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) para a conta de Reserva Legal; b) R\$ 366.950.000,00 (trezentos e sessenta e seis milhões, novecentos e cinquenta mil reais), já distribuídos aos acionistas como juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2023, conforme especificado no item "iii", abaixo; c) R\$ 292.000.000,00 (duzentos e noventa e dois milhões de reais) já distribuídos aos acionistas, imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2023, em parte, e, naquilo que excede, pagos como dividendos adicionais, conforme especificado no item "iv", abaixo; e d) R\$ 1.050.279.767,70 (um bilhão, cinquenta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta centavos) para a conta de Reserva Estatutária de Lucros. (iii) Ratificar as deliberações da Diretoria de declaração de juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, de acordo com a faculdade prevista no art. 9º da Lei nº 9.245/95, nos seguintes termos: a) Em reunião realizada em 15/06/2023 foram declarados juros sobre o capital próprio relativos ao período de 01/01/2023 a 30/06/2023, no valor de R\$ 186.700.000,00 (cento e oitenta e seis milhões e setecentos mil reais) brutos, equivalentes a R\$ 158.695.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil) líquidos, já pagos; b) Em reunião realizada em 28/09/2023 foram declarados juros sobre o capital próprio, relativos ao período de 01/01/2023 a 30/09/2023, no valor de R\$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais) brutos, equivalentes a R\$ 75.650.000,00 (setenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) líquidos, já pagos; e, c) Em reunião realizada em 22/12/2023, foram declarados juros sobre o capital próprio, relativos ao período de 01/01/2023 a 31/12/2023, no valor de R\$ 91.250.000,00 (noventa e um milhões, duzentos e cinquenta mil reais) brutos, equivalentes a R\$ 77.562.500,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) líquidos, já pagos. (iv) Ratificar as deliberações da Diretoria tomadas em reuniões, que, *ad referendum* da Assembleia Geral, declararam dividendos intermediários à conta do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$ 292.000.000,00 (duzentos e noventa e dois milhões de reais) imputados aos dividendos obrigatórios desse exercício em parte, e, naquilo que excede, pagos como dividendos adicionais, sendo que: a) Em reunião realizada em 28/07/2023, foram declarados dividendos intermediários, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023, no valor de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), já pagos; b) Em reunião realizada em 31/08/2023, foram declarados dividendos intermediários, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), já pagos; c) Em reunião realizada em 29/11/2023, foram declarados dividendos, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023, no valor de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais), já pagos. (v) Aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), à conta de reserva estatutária, com base nas demonstrações financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2023. (vi) Fixar a remuneração da Diretoria no valor global mensal de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sendo que os montantes individuais serão fixados oportunamente pela Diretoria da Companhia. **Em matéria extraordinária:** (vii) Desinvestir a Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 292.135.838-77, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretora de Gente e Cultura, por iniciativa da Companhia e sem justa causa. A Assembleia aprova ainda registrar votos de profundo agradecimento a Sra. Carolina Helena Urbano Zwarg por sua dedicação e contribuição à Companhia. (viii) Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente:** José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **CEO - Seguros:** Paulo Sérgio Kakinoff, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.465.939-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 194.344.518-41; **COO (Chief Operating Officer) - Seguros:** Patrícia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob o nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente:** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente:** Sami Foguel, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.396.262-10 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 263.344.758-94; **Diretor de Produto - Automóvel:** Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; **Diretora de Produção:** Eva Vazquez Montenegro Miguel, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.077.674-7 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 066.872.138-30; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 249.181.618-04; **Diretor de Atendimento:** Luiz Felipe Milagres Guimarães, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.743.711-1 IFF/RJ, inscrito no CPF sob o nº 874.657.877-34; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor de Produto - Ramos Elementares:** Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16; **Diretor de Produto - Seguros de Pessoas:** Carlos Eduardo Naegeli Gondim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFF/RJ, inscrito no CPF sob o nº 052.854.947-29; e **Diretores sem denominação especial:** Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 112.681.578-05; Izak Rafael Benaderet, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.739.792-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.339.398-09; Nelson Santos Aguiar, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 218.048.598-00; Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97; Luiz Vicente Guaranha Lapenta, brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 801.614.640-68; Paulo Henrique Galleguillos Calderon, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 39.477.879-0 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 965.093.256-91 e Domingos de Toledo Piza Falavina, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.965.032-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 214.175.878-57, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, permanecendo vago o cargo de Diretor de Gente e Cultura até a eleição de um diretor substituto. (ix) Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em atendimento à regulamentação aplicável, a saber: **I - Funções de caráter executivo ou operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - Jaime Soares Batista. b. Diretor responsável técnico - Fabio Ohara Morita. c. Diretor responsável administrativo-financeiro - Celso Damadi. d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - Rafael Veneziani Kozma. e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - Jaime Soares Batista. f. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - José Rivaldo Leite da Silva. g. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020) - Luiz Augusto de Medeiros Arruda. h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020) - Rafael Veneziani Kozma. i. Diretor responsável pelo Open Insurance (Resolução CNSP nº 415/2021) - Fabio Ohara Morita. **Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP 234/2003 e 612/2020) - Adriana Pereira Carvalho Simões. b. Diretor responsável pelos controles internos - Adriana Pereira Carvalho Simões. Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **8. Documentos Arquivados:** Demonstrações Financeiras, publicações nos jornais, procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. **Assinaturas:** (ass.) Renata Paula Ribeiro Narducci, Presidente da Mesa e (ass.) Gustavo Franco Pacheco, Secretário. **Acionistas:** Porto Seguro S.A., representada por seu Diretor Sr. Celso Damadi e por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci e Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., representada por sua procuradora Renata Paula Ribeiro Narducci. Presente também o Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos, Sr. Celso Damadi, e presente a representante da Ernst & Young Auditores Independentes, Sra. Patrícia di Paula da Silva Paz. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. Gustavo Franco Pacheco - Secretário. JUCESP nº 139.365/24-2 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **José Rivaldo Leite da Silva**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

DocuSigned by
José Rivaldo Leite da Silva
Assinado por: JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA 0473345807
CPF: 04733345807
Data/Hora da Assinatura: 26/02/2024 15:27:20 BRT
O ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v3
ICP-Brasil
CMAFCF0519C471

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA

Diretor Presidente

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Sérgio Kakinoff**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de CEO – Seguros da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

DocuSigned by
Paulo S. Kakinoff
Assinado por: PAULO SERGIO KAKINOFF:19434451841
CPF: 19434451841
DataHora da Assinatura: 21/02/2024 17:31:10 BRT
O: KCP-BRASIL OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v4
ICP-Brasil
4542848502C40B...

PAULO SÉRGIO KAKINOFF

CEO - Seguros

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

DocuSigned by
Luiz Augusto de Medeiros Arruda
Signed By: LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA.286547084
CPF: 286547084
Signed Time: 22/01/2024 11:40:52 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC-SERASA-RFB-V5
ICP-Brasil
32D44870M3448...

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA

Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

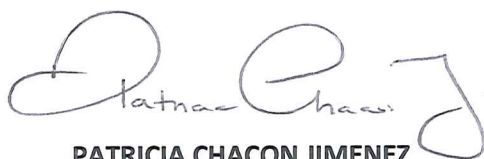
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu a Sra. **Patricia Chacon Jimenez**, membro da Diretoria, eleita na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 05 de dezembro de 2023.



PATRICIA CHACON JIMENEZ

COO (Chief Operating Officer) – Seguros

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Domingos de Toledo Piza Falavina**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 08 de novembro de 2023.

DocuSigned by:
Domingos de Toledo Piza Falavina
Assinado por: DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA.21417587857
CPF: 21417587857
Data/Hora da Assinatura: 04/12/2023 17:46:21 BRT

A19A5F9CC5A14C98B15E93605D216196

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

DocuSigned by:
Paulo Henrique Galleguillos Calderon
Assinado por: PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON 965093...
CPF: 96509325691
Data/Hora da Assinatura: 09/05/2022 14:57:12 BRT

5DCD7E23456B466BB54780563B9EAF23

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às 11h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declaram, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, 01216-012, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 30 de março de 2022.

DocuSigned by:
Roberto de Souza Santos
Assinado por: ROBERTO DE SOUZA SANTOS:64128458791
CPF: 64128458791
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 11:02:36 BRT
ICP Brasil
C6699072C4074253830D173F64C78E13
Roberto de Souza Santos
Diretor Presidente

DocuSigned by:
MARCELO BARROSO PÍCANÇO
Assinado por: MARCELO BARROSO PÍCANÇO:00488193796
CPF: 00488193796
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 08:56:15 BRT
ICP Brasil
23239F02C740C8D17011F0C77F79A0
Marcelo Barroso Picanço
CEO – Seguros

DocuSigned by:
Celso Damadi
Assinado por: CELSO DAMADI:07493531803
CPF: 07493531803
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 16:20:19 BRT
ICP Brasil
4FED28AE7954325B0D6680197678B6E5
Celso Damadi
Diretor Vice-Presidente – Financeiro,
Controladoria e Investimentos

DocuSigned by:
Lene Araujo de Lima
Assinado por: LENE ARAUJO DE LIMA:11845460880
CPF: 11845460880
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 09:58:03 BRT
ICP Brasil
443CB233004F80A9D06580A24E1E0
Lene Araujo de Lima
Diretor Vice-Presidente – Corporativo e
Institucional

DocuSigned by:

Assinado por: JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA:04733245807
CPF: 04733245807
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 15:03:29 BRT
ICP-Brasil
C8AFCDF519C4717A0AE1ACDA710973C

José Rivaldo Leite da Silva

Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing

DocuSigned by:

Assinado por: MARCOS ROBERTO LOUCAO:85723991949
CPF: 85723991949
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2022 11:44:16 BRT
ICP-Brasil
173391688CB1448BAFAF83966600382D

Marcos Roberto Loução

Diretor Vice-Presidente – Negócios Financeiros e Serviços

DocuSigned by:

Assinado por: JAIME SOARES BATISTA:18246948896
CPF: 18246948896
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 09:54:44 BRT
ICP-Brasil
265983001A344008AB28FCD4911EB963

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel

DocuSigned by:

06FCF966868C4DB...

Sami Foguel

Diretor Vice-Presidente

DocuSigned by:

Signed By: LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA:28655470864
CPF: 28655470864
Signing Time: 28/04/2022 18:20:25 BRT
ICP-Brasil
D2C0BFBB62034D489D669D5188EB2888

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Diretor de Marketing

DocuSigned by:

Assinado por: FABIO OHARA MORITA:12868032842
CPF: 12868032842
Data/Hora da Assinatura: 27/04/2022 19:11:32 BRT
ICP-Brasil
4ED8FF8AE543DBBF0E81BBF20E76F

Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico

DocuSigned by:

Signed By: EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL:06687213830
CPF: 06687213830
Signing Time: 28/04/2022 16:42:31 BRT
ICP-Brasil
8E64F6E5CCA418296CF8971F22A70B5

Eva Vazquez Montenegro Miguel

Diretora de Produção

DocuSigned by:

Signed By: RAFAEL VENEZIANI KOZMA:20047691816
CPF: 20047691816
Signing Time: 27/04/2022 08:07:13 BRT
ICP-Brasil
E6D87DA0FFEAAD53BFFB19A37DAF1358

Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria

DocuSigned by:

Assinado por: LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARAES:87465787734
CPF: 87465787734
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2022 11:36:09 BRT
ICP-Brasil
AD04F8424E6548E5A8955B148305BBA5

Luiz Felipe Milagres Guimarães

Diretor de Atendimento

DocuSigned by:

Assinado por: LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA:80161464068
CPF: 80161464068
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2022 14:23:09 BRT
ICP-Brasil
07C086C8DD4D4C4B8FC3643C926F4973

Luiz Vicente Guaranha Lapenta

Diretor de Precificação

DocuSigned by:

Signed By: MARCOS ROGERIO SIRELLI:24918161804
CPF: 24918161804
Signing Time: 29/04/2022 17:23:18 BRT
ICP-Brasil
0440E982B6D1408CA560982FC2C37C6F

Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação

DocuSigned by:

Signed By: MARCELO SEBASTIAO DA SILVA:11268157805
CPF: 11268157805
Signing Time: 27/04/2022 10:51:55 BRT
ICP-Brasil
B0EF1E9E400145ABB63A7FBE498888A7

Marcelo Sebastião da Silva

Diretor de Serviços

DocuSigned by:

Assinado por: ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMOES:17432089876
CPF: 17432089876
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 08:22:51 BRT
ICP-Brasil
B31FB89EA5824C92BF2CDB65D351EB14

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Jurídica e Riscos

DocuSigned by:

Signed By: JARBAS DE MEDEIROS BACIANO:24678471871
CPF: 24678471871
Signing Time: 28/04/2022 19:11:59 BRT
ICP-Brasil
87ARF61D749F40039313AF36D1C762103

Jarbas de Medeiros Baciano

Diretor de Produto – Ramos Elementares

DocuSigned by:
Carolina Helena Zwarg
Signed By: CAROLINA HELENA ZWARG:29213583877
CPF: 29213583877
Signing Time: 26/04/2022 13:43:30 BRT
F8A43807B50B48C89AABF8DBFF5724C8

Carolina Helena Zwarg

Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

DocuSigned by:
CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM
Assinado por: CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM:05285494729
CPF: 05285494729
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 23:07:09 BRT
75AD29505468486AB48C11CD65B39A03

Carlos Eduardo Naegeli Gondim

Diretor de Produto – Seguros de Pessoas

DocuSigned by:
Izak Benaderet
Signed By: IZAK RAFAEL BENADERET:12833939809
CPF: 12833939809
Signing Time: 29/04/2022 16:09:59 BRT
53BC38E3364640A4A2CB3A363FE192C8

Izak Rafael Benaderet

Diretor

DocuSigned by:
Nelson Santos Aguiar
Signed By: NELSON SANTOS AGUIAR:21804859800
CPF: 21804859800
Signing Time: 29/04/2022 18:09:14 BRT
832296DD019C4D76BD07793F5EF42F34

Nelson Santos Aguiar

Diretor

DocuSigned by:
Tiago Violin
Signed By: TIAGO VIOLIN:28341652897
CPF: 28341652897
Signing Time: 26/04/2022 11:43:29 BRT
B3DA58DCFD047A7A8209AB2BCCE2488

Tiago Violin

Diretor

DocuSigned by:
Marcelo Zorzo
Signed By: MARCELO ZORZO:41239164068
CPF: 41239164068
Signing Time: 27/04/2022 19:08:39 BRT
6601F3F2EFC04D7A7A771621FD92C2DC9

Marcelo Zorzo

Diretor



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.198.164/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/02/1966
NOME EMPRESARIAL PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO AV RIO BRANCO	NÚMERO 1489	COMPLEMENTO RUA GUAIANASES, 1238
CEP 01.205-001	BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ARQ.EXP@PORTOSEGURO.COM.BR	TELEFONE (11) 2393-6762	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/10/2024 às 08:00:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0760189 - 2024

CPF/CNPJ Raiz: 61.198.164/

Contribuinte: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Liberação: 08/07/2024

Validade: 04/01/2025

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.204.467-9- Início atv :21/12/1945 (AV RIO BRANCO, 1489 - CEP: 01205-001)

CCM 8.258.319-6- Início atv :14/03/1974 (R PIRACUNUNGA, 01024 - CEP: 03187-010 - Cancelado em: 27/04/1994)

CCM 2.006.668-6- Início atv :15/10/1991 (R ANTONIO GIL, 00050 - CEP: 04655-000 - Cancelado em: 15/05/2018)

CCM 2.426.705-8- Início atv :02/10/1995 (AV IBIRAPUERA, 00730 - CEP: 04028-000 - Cancelado em: 31/10/2001)

CCM 9.660.535-9- Início atv :16/08/1989 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00500 - CEP: 05106-010 - Cancelado em: 24/03/1994)

CCM 3.414.141-3- Início atv :27/04/2005 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)

CCM 2.240.455-4- Início atv :29/04/1993 (R EMILIA MARENGO, 451 - CEP: 03336-000)

CCM 9.713.239-0- Início atv :31/01/1990 (R EMILIA MARENGO, 451 - CEP: 03336-000)

CCM 2.103.343-9- Início atv :10/09/1992 (AL GABRIEL M.DA SILVA, 00075 - CEP: 01441-000 - Cancelado em: 01/06/2010)

CCM 9.713.176-8- Início atv :31/01/1990 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250 - Cancelado em: 12/06/2015)

CCM 9.713.175-0- Início atv :31/01/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)

CCM 2.424.702-2- Início atv :22/12/1995 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010)

CCM 9.412.797-2- Início atv :16/02/1987 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-001)

CCM 2.196.364-9- Início atv :27/08/1993 (R VIEIRA DE MORAIS, 00410 - CEP: 04617-000 - Cancelado em: 10/07/2001)

CCM 2.196.358-4- Início atv :02/09/1993 (R CARLOS STEINEN, 00059 - CEP: 04004-010 - Cancelado em: 24/09/1999)

CCM 9.403.257-2- Início atv :16/02/1987 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01264 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)

CCM 9.507.503-8- Início atv :14/04/1988 (R DA MOOCA, 01291 - CEP: 03103-001)

CCM 9.511.680-0- Início atv :11/04/1988 (AV NOVE DE JULHO, 04443 - CEP: 01407-100)

CCM 2.024.555-6- Início atv :21/11/1991 (AV SAO MIGUEL, 06259 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 03/11/2015)

CCM 2.031.982-7- Início atv :22/01/1992 (LG DA MISERICORDIA, 00024 - CEP: 01012-020 - Cancelado em: 11/05/2021)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 09:31:28 horas do dia 08/07/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 856DC11E

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 2.420.487-0- Início atv :22/11/1995 (AV NOVA CANTAREIRA, 00746 - CEP: 02330-001)
CCM 9.566.850-0- Início atv :18/07/1988 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 9.566.847-0- Início atv :11/10/1988 (R ESTADO DE ISRAEL, 00289 - CEP: 04022-001 - Cancelado em: 31/10/2001)
CCM 9.545.153-6- Início atv :08/08/1988 (R IBITINGA, 00549 - CEP: 03186-020 - Cancelado em: 27/04/1994)
CCM 3.722.285-6- Início atv :16/01/2008 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)
CCM 9.772.192-1- Início atv :11/07/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)
CCM 9.796.356-9- Início atv :17/09/1990 (R GAVEA, 00616 - CEP: 02121-020 - Cancelado em: 11/05/2021)
CCM 9.324.581-5- Início atv :14/07/1986 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00387 - CEP: 05078-000 - Cancelado em: 27/07/2018)
CCM 9.324.577-7- Início atv :14/07/1986 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 9.550.197-5- Início atv :18/08/1988 (R GUAIANASES, 01041 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 19/09/2002)
CCM 9.550.192-4- Início atv :18/08/1988 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01144 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 2.243.010-5- Início atv :30/03/1994 (R DO BOSQUE, 00964 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 21/11/1997)
CCM 2.437.324-9- Início atv :02/10/1995 (AV DOS BANDEIRANTES, 01851 - CEP: 04553-011 - Cancelado em: 31/01/2017)
CCM 2.499.542-8- Início atv :01/07/1996 (R BARAO DE ITAPETININGA, 00215 - CEP: 01042-001 - Cancelado em: 13/05/1998)
CCM 2.532.515-9- Início atv :15/11/1996 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00383 - CEP: 05078-000)
CCM 2.531.864-0- Início atv :15/11/1996 (AL NOTHMANN, 00563 - CEP: 01216-000)
CCM 2.531.867-5- Início atv :15/11/1996 (R GUAIANASES, 01087 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 17/08/2023)
CCM 2.531.869-1- Início atv :15/11/1996 (AL RIBEIRO DA SILVA, 275 - CEP: 01217-011)
CCM 2.597.485-8- Início atv :30/04/1997 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 2.681.522-2- Início atv :05/03/1998 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00164 - CEP: 05106-010)
CCM 2.705.146-3- Início atv :16/04/1998 (VIA RAPOSO TAVARES, 99999 - CEP: 05576-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.692.501-0- Início atv :16/04/1998 (AV DAS NACOES UNIDAS, 04406 - CEP: 05477-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.711.762-6- Início atv :25/06/1998 (R CONSELHEIRO CRISPINIANO, 00105 - CEP: 01037-001)
CCM 2.850.825-4- Início atv :09/09/1999 (AV PROF LUIZ IGNACIO ANHAIA MELLO, 02655 - CEP: 03155-100 - Cancelado em: 22/10/2015)
CCM 2.851.979-5- Início atv :29/09/1999 (AV GIOVANNI GRONCHI, 05420 - CEP: 05724-002)
CCM 2.878.007-8- Início atv :29/11/1999 (AV RIO DAS PEDRAS, 03597 - CEP: 03930-310)
CCM 2.911.318-0- Início atv :09/05/2000 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-012)
CCM 2.924.848-5- Início atv :09/05/2000 (R TIBURCIO DE SOUSA, 01407 - CEP: 08140-000 - Cancelado em: 10/07/2001)
CCM 2.942.029-6- Início atv :21/07/2000 (AV RIO BRANCO, 01489 - CEP: 01205-001)
CCM 2.942.053-9- Início atv :21/07/2000 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-010)
CCM 3.005.872-4- Início atv :28/03/2001 (AV INDIANOPOLIS, 01267 - CEP: 04063-002 - Cancelado em: 02/08/2019)
CCM 3.057.201-0- Início atv :06/08/2001 (AV ATLANTICA, 00646 - CEP: 04768-000 - Cancelado em: 23/08/2019)
CCM 3.065.489-0- Início atv :01/10/2001 (AV GENERAL EDGAR FACO, 00777 - CEP: 02924-000 - Cancelado em: 22/07/2015)
CCM 3.097.288-4- Início atv :15/01/2002 (AV LIDER, 03263 - CEP: 08285-000)
CCM 3.140.905-9- Início atv :04/06/2002 (AV SAPOPEMBA, 21743 - CEP: 03989-010 - Cancelado em: 13/11/2003)
CCM 3.149.170-7- Início atv :21/06/2002 (AV RIO BRANCO, 01448 - CEP: 01206-001)
CCM 3.466.062-3- Início atv :25/08/2005 (R CARLOS SAMPAIO, 00053 - CEP: 01333-021)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 09:31:28 horas do dia 08/07/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 856DC11E

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.671.260-4- Início atv :03/07/2007 (AV JABAQUARA, 00798 - CEP: 04046-100)
CCM 3.737.075-8- Início atv :08/02/2008 (AL DINO BUENO, 00266 - CEP: 01217-000)
CCM 3.782.376-0- Início atv :12/06/2008 (R GUAIANASES, 01239 - CEP: 01204-001)
CCM 3.793.695-6- Início atv :27/06/2008 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 00493 - CEP: 05426-100 - Cancelado em: 26/09/2013)
CCM 3.798.860-3- Início atv :05/08/2008 (AV NORDESTINA, 00910 - CEP: 08021-000 - Cancelado em: 24/09/2012)
CCM 3.846.507-8- Início atv :10/11/2008 (R GAL NESTOR PASSOS, 00226 - CEP: 02417-140)
CCM 3.856.884-5- Início atv :06/01/2009 (R BARRA FUNDA, 00301 - CEP: 01152-000 - Cancelado em: 21/08/2023)
CCM 3.886.857-1- Início atv :12/02/2009 (R ESTADOS UNIDOS, 00367 - CEP: 05212-060 - Cancelado em: 04/07/2012)
CCM 3.910.998-4- Início atv :04/03/2009 (AL BARAO DE LIMEIRA, 01175 - CEP: 01202-003)
CCM 3.967.729-0- Início atv :11/05/2009 (AV IPIRANGA, 00324 - CEP: 01046-010 - Cancelado em: 22/10/2021)
CCM 3.970.662-1- Início atv :16/09/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00717 - CEP: 01217-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.228-6- Início atv :21/10/2009 (AV INDIANOPOLIS, 01307 - CEP: 04063-002 - Cancelado em: 29/08/2023)
CCM 3.992.225-1- Início atv :21/10/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00777 - CEP: 01217-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.218-9- Início atv :21/10/2009 (R DAS CAMELIAS, 00644 - CEP: 04048-061 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.220-0- Início atv :21/10/2009 (R BANDIM, 00031 - CEP: 05470-040 - Cancelado em: 03/07/2013)
CCM 3.992.223-5- Início atv :21/10/2009 (AV ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 05411 - CEP: 02413-100 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.219-7- Início atv :21/10/2009 (R CONDE DE PORTO ALEGRE, 01884 - CEP: 04608-003 - Cancelado em: 25/08/2023)
CCM 3.994.203-1- Início atv :21/10/2009 (AV DOUTOR CAMPOS MOURA, 00290 - CEP: 03568-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.043.008-1- Início atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00874 - CEP: 01216-012)
CCM 4.043.011-1- Início atv :16/03/2010 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 4.101.634-3- Início atv :01/06/2010 (R TURIASSU, 00770 - CEP: 05005-000)
CCM 4.101.631-9- Início atv :01/06/2010 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003 - Cancelado em: 12/12/2012)
CCM 4.105.384-2- Início atv :01/06/2010 (AV REPUBLICA DO LIBANO, 02200 - CEP: 04502-200)
CCM 4.237.676-9- Início atv :21/01/2011 (R ALFREDO PUJOL, 00369 - CEP: 02017-010 - Cancelado em: 15/05/2018)
CCM 4.237.670-0- Início atv :21/01/2011 (R TIJUCO PRETO, 01248 - CEP: 03316-000 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.294.695-6- Início atv :19/05/2011 (AL BR DE LIMEIRA, 00621 - CEP: 01202-001)
CCM 4.332.047-3- Início atv :08/07/2011 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000 - Cancelado em: 01/08/2018)
CCM 4.577.624-5- Início atv :04/07/2012 (AL NOTHMANN, 00380 - CEP: 01216-000 - Cancelado em: 28/08/2018)
CCM 4.577.625-3- Início atv :04/07/2012 (AV S JOAO, 00313 - CEP: 01035-000 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.578.935-5- Início atv :13/07/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.599.172-3- Início atv :06/08/2012 (R BOM PASTOR, 01029 - CEP: 04203-051 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.599.169-3- Início atv :06/08/2012 (R GUAIANASES, 01227 - CEP: 01204-001)
CCM 4.660.688-2- Início atv :03/12/2012 (R SANTANA DO PARAISO, 00062 - CEP: 01504-030 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.685.191-7- Início atv :16/01/2013 (R GUAIANASES, 1446 - CEP: 01204-002)
CCM 4.719.551-7- Início atv :08/03/2013 (R ALVARES PENTEADO, 00231 - CEP: 01012-001)
CCM 5.686.992-4- Início atv :22/12/2014 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003)
CCM 5.686.986-0- Início atv :22/01/2016 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010 - Cancelado em: 15/08/2023)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 09:31:28 horas do dia 08/07/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 856DC11E

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 5.252.452-3- Início atv :08/05/2015 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 5.774.569-2- Início atv :14/12/2015 (PC RAMOS DE AZEVEDO, 00206 - CEP: 01037-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 5.483.272-1- Início atv :09/03/2016 (R GUAIANASES, 1238 - CEP: 01204-001)
CCM 6.530.316-4- Início atv :20/08/2019 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00115 - CEP: 01217-011)
CCM 6.573.036-4- Início atv :02/10/2019 (AV SAO MIGUEL, 6257 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 21/08/2023)
CCM 6.951.415-1- Início atv :25/05/2021 (AL NOTHMANN, 316 - CEP: 01216-000)
CCM 6.438.562-0- Início atv :05/09/2019 (AV BRASIL, 1640 - CEP: 01430-001)
CCM 6.438.561-2- Início atv :05/09/2019 (AV IBIRAPUERA 2033, 2033 - CEP: 04029-901)
CCM 4.464.247-4- Início atv :18/01/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060)
CCM 6.443.965-8- Início atv :17/10/2014 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001)
CCM 6.437.282-0- Início atv :07/02/2019 (AL BR DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012)
CCM 5.610.121-0- Início atv :02/01/2017 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00653 - CEP: 01216-012)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 09:31:28 horas do dia 08/07/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 856DC11E

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0001619440-2024
Número do Contribuinte: 008.016.0054-5
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: AV RIO BRANCO, 1475, CAMPOS ELISIOS - CEP:
01205-001
Cep: 01205-001
Liberação: 11/10/2024
Validade: 09/01/2025

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR**.
Créditos tributários suspensos, nos termos do artigo 151 do CTN.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 18:36:41 horas do dia 11/10/2024 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 6FF0227F

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Certidão Positiva de Débitos

Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 61198164

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

Constam os seguintes débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do(a) interessado(a):

Relativos a: IPVA

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

CNPJ: 61.198.164/0001-60

IE:

Situação: Inscrito

CDA

1.392.614.879

Situação: Inscrito / Suspenso

CDA

1.046.425.343,1.046.425.365,1.046.425.376,1.046.425.387,1.046.425.398,1.046.425.432,1.046.425.443,1.046.425.498,1.046.425.510,1.046.425.521,1.046.425.532,1.046.425.543,1.046.425.598,1.046.425.810,1.046.425.821,1.046.425.832,1.046.425.843,1.046.425.854,1.046.425.865,1.046.425.876,1.046.425.887,1.046.427.608,1.046.427.620,1.046.834.052,1.056.095.414,1.066.896.883,1.066.896.950,1.066.897.193,1.066.897.493,1.066.932.396,1.066.932.641,1.066.932.685,1.066.932.730,1.066.932.908,1.066.933.007,1.066.933.230,1.066.933.351,1.066.933.362,1.066.933.451,1.066.933.618,1.066.933.630,1.066.933.784,1.066.934.028,1.066.934.039,1.066.934.250,1.066.934.383,1.066.934.428,1.066.934.617,1.066.934.661,1.066.934.672,1.072.115.400,1.072.115.433,1.072.115.455,1.072.115.588,1.072.115.600,1.072.115.644,1.072.115.700,1.072.115.800,1.072.115.944,1.072.115.977,1.072.115.988,1.072.116.043,1.072.116.165,1.072.116.210,1.072.116.454,1.072.116.465,1.072.116.600,1.072.116.721,1.072.116.798,1.072.116.821,1.072.116.832,1.072.117.609,1.072.118.285,1.072.118.296,1.072.118.320,1.072.118.341,1.072.118.374,1.072.118.896,1.072.119.030,1.072.119.229,1.072.119.440,1.072.119.473,1.072.119.562,1.072.119.640,1.072.119.718,1.072.119.751,1.072.119.818,1.072.120.280,1.072.120.591,1.072.120.769,1.072.120.814,1.072.120.858,1.072.120.869,1.072.121.124,1.072.121.313,1.072.134.496,1.072.134.796,1.072.134.830,1.072.135.151,1.072.135.162,1.072.135.195,1.072.135.251,1.072.135.473,1.072.135.618,1.072.135.762,1.072.136.040,1.072.136.161,1.080.865.760,1.080.866.104,1.080.867.858,1.080.867.869,1.080.867.870,1.083.718.547,1.128.134.703,1.128.134.714,1.128.681.258,1.128.681.269,1.128.681.270,1.129.415.015,1.129.415.059,1.130.614.141,1.130.616.561,1.132.229.171,1.132.229.182,1.132.229.205,1.132.229.216,1.132.229.238,1.132.229.250,1.133.495.451,1.133.495.462,1.133.495.473,1.136.598.444,1.136.598.544,1.136.598.555,1.136.598.588,1.138.881.170,1.156.047.071,1.157.283.624

Relativos a: Multa Ipca

Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

CNPJ: 61.198.164/0001-60

IE: 108377122112

Situação: Inscrito / Suspenso

CDA

1.265.649.133

Anotação PGE:

Sei 023.00035816/2024-81

Os débitos constantes desta certidão encontram-se na situação de suspenso, exceto a cda. 1392614879, que se encontra na situação de inscrita, mas com informação de pagamento, inclusive constando a informação no sistema de Débito protestado quitado via IEPTB-SP. Por tal razão somos pela emissão desta certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

Final da Certidão

Local de emissão : PGE	Responsável :
CRDA nº 60617328 Data e hora da emissão 17/09/2024 08:52:39 (horário de Brasília) Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021	

Folha 1 de 1



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
DRTC II-PFC - Posto Fiscal da Capital Lapa

CERTIDÃO DE DÉBITOS NÃO INSCRITOS

Nº 0032158425

CERTIDÃO NEGATIVA

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (61.198.164/0001-60)

Inscrição Estadual: 108.377.122.112

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Situação Cadastral: ATIVA

Processo SEI vinculado: 017.00140122/2024-99

Não constam débitos fiscais não inscritos em dívida ativa, relativos aos tributos **ICMS** e **ITCMD**, até a presente data.

Finalidade: LICITAÇÃO

Avisos:

1 - Este documento **não pode ser considerado como certidão negativa para todos os tributos estaduais**, uma vez que o contribuinte solicitou a realização de pesquisa apenas para débitos relativos aos tributos **ICMS** e **ITCMD**. Assim, **débitos relativos ao IPVA não foram objeto de pesquisa** para esta certidão.

2 - Esta Certidão **NÃO** versa sobre: **(a)** Eventuais débitos fiscais de outros estabelecimentos do interessado; **(b)** Outros débitos de tributos eventualmente não mencionados acima e **(c)** Débitos inscritos em “Dívida Ativa” do Estado. Certidão para este último fim deverá ser emitida por meio eletrônico no endereço: <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>.

3 - Fica ressalvado o direito da Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados ulteriormente.

4 - Esta certidão só se aplica ao estabelecimento (matriz ou filial) acima, não incluindo outros estabelecimentos da mesma empresa, ficando ressalvado o direito da Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

5 - Efetuado o recolhimento da Taxa de Fiscalização e Serviços, de acordo com a Legislação vigente.

6 - **Prazo de validade da certidão:** 06 (seis) meses conforme Portaria CAT nº 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98) e CAT nº 135 de 18/12/2014 (DOE de 19/12/2014).

Local: SFP-31288 - DRTC II-PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA

Data: 27/06/2024

Responsável pela emissão: Elcio de Souza Rufino

Certidão emitida nos termos das Portarias CAT 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98) e CAT 135 de 18/12/2014 (DOE de 19/12/2014).



Documento assinado eletronicamente por **Elcio de Souza Rufino, Assistente Fiscal I**, em 27/06/2024, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tomas Bolognani Martins, Chefe**, em 27/06/2024, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0032158425** e o código CRC **26D232B0**.



15/10/2024

0080706147

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 5750501**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 14/10/2024, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ: 61.198.164/0001-60, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 15 de outubro de 2024.

PEDIDO Nº:**0080706147**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:07:50 do dia 28/06/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/12/2024.

Código de controle da certidão: **9A20.2E6E.79D7.1266**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.198.164/0001-60
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Endereço: AV RIO BRANCO 489 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/10/2024 a 07/11/2024

Certificação Número: 2024100904450445065856

Informação obtida em 17/10/2024 09:44:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 61.198.164/0001-60
Certidão nº: 39695667/2024
Expedição: 06/06/2024, às 16:22:49
Validade: 03/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.198.164/0001-60**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSE DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2022 R\$ 13.783,9 milhões, aumento de R\$ 3.175,9 milhões ou 29,9% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 14,2%, com redução de 3,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2022 R\$ 346,4 milhões, aumento de R\$ 38,2 milhões, ou 12,4% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e em renda variável.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 96,8%, aumento de 2,5 pontos percentuais em relação aos 94,3% do ano anterior e o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 94,0%, aumento de 2,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2022 R\$ 674,8 milhões, registrando redução de R\$ 24,7 milhões ou 26,8% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R\$ 1,02 em 2022 e R\$ 1,58 em 2021.

• Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 379,0 milhões em 2022. Do total investido, R\$ 280,3 milhões foram destinados a "softwares" e R\$ 98,7 milhões a equipamentos, sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioambientais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. É esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguiram mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas "commodities", fruto de uma expressiva melhoria do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia. O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia. Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica. As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Prêmios emitidos	25	13.783.926	10.608.060
Variações das provisões técnicas de prêmios	26	(1.985.506)	(862.149)
Prêmios ganhos	25	11.798.420	9.745.911
Sinistros ocorridos ou sob julgamento	27	(6.509.280)	(4.584.197)
Custos de aquisição	28	(2.776.841)	(2.441.619)
Outras receitas e despesas operacionais	29	(195.476)	(220.812)
Resultado com resseguro		(33.307)	(16.806)
Receitas com resseguro		81.492	97.994
Despesas com resseguro		(114.799)	(114.800)
Despesas administrativas	30	(1.670.276)	(1.683.935)
Despesas com tributos	31	(267.659)	(255.447)
Resultado financeiro	32	346.427	308.249
Resultado patrimonial		93.108	135.147
Resultado operacional		786.136	988.494
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	33	27.437	(2.796)
Resultado antes dos impostos e participações		813.573	985.698
Imposto de renda	11,3	30.926	92.204
Participações sobre o lucro	11,3	18.726	62.511
Lucro líquido de exercício		(674.800)	(922.246)
Quantidade de ações (mil)		660.488	583.687
Lucro líquido por ação - R\$		1,02	1,58

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido de exercício		674.800	922.246
Outros resultados abrangentes		(35.425)	(242.450)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado de exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8,4	(62.922)	(291.082)
Efeitos tributários		25.169	116.433
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		1.700	(131.205)
Efeitos tributários - controladas		(680)	52.482
Ajustes acumulados de conversões/outros		1.308	10.922
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		639.375	679.796

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido de exercício		674.800	922.246
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		176.030	175.687
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável de ativos		(4.513)	17.495
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível		(27.437)	2.796
Provisões técnicas - seguros e resseguros		2.114.539	825.967
Resultado de equivalência patrimonial		(93.108)	(135.160)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros - aplicações		(372.745)	63.804
Créditos das operações de seguros e resseguros		(1.516.427)	(881.096)
Ativos de resseguro		(2.981)	13.828
Créditos fiscais e previdenciários		(18.042)	-
Ativo fiscal diferido		(100.393)	(314.529)
Despesas antecipadas		22.912	(4.997)
Depósitos judiciais e fiscais		30.349	-
Custos de aquisição diferidos		(320.343)	(153.313)
Outros ativos		(376.778)	(343.373)
Impostos e contribuições		123.836	203.926
Outras contas a pagar		(60.039)	109.923
Depósitos de operações com seguros e resseguros		91.227	156.638
Depósitos de terceiros		(23.193)	29.697
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros		137.576	270.170
Provisões judiciais		(45.901)	34.058
Passivos de arrendamento		13.416	124.846
Outros passivos		412.992	95.319
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		213.516	81.251
Recebimento de dividendos e JCP		(78.620)	(211.419)
Impostos sobre o lucro pagos		(19.140)	(7.054)
Juros sobre captação de recursos pagos		951.533	1.076.710
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		213.516	81.251
Atividades de investimento			
Aumento de capital - controladas		(262.343)	(376.990)
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		479.263	1.581
Intangível		(98.745)	(65.150)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(280.250)	(311.420)
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e JCP		(162.075)	(751.979)
Aquisição de empréstimos e arrendamentos	24 e	(283.247)	(289.486)
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)		18.728	115.129
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(15.080)	(58.148)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		(279.599)	(232.505)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		509.859	92.226
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		187.546	95.320
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		697.405	187.546

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo			
Circulante		9.450.259	8.665.452
Disponível		81.343	77.441
Caixa e bancos		81.343	77.441
Equivalentes de caixa	7	616.062	110.105
Aplicações	8	1.349.127	922.474
Créditos das operações com seguros e resseguros		5.214.313	3.805.142
Prêmios a receber	9,1	5.039.456	3.732.906
Operações com seguradoras		128.453	4.855
Operações com resseguradoras		46.404	67.381
Outros créditos operacionais		167.459	158.355
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22,1	156.157	153.474
Títulos e créditos a receber		233.978	216.814
Títulos	10	60.971	60.018
Créditos tributários e previdenciários		83.268	65.226
Outros créditos		89.739	91.570
Outros valores e bens	13	127.572	198.202
Bens à venda		31.171	106.576
Outros valores		96.401	91.626
Despesas antecipadas		67.165	83.624
Custos de aquisição diferidos	14	1.437.183	1.139.821
Seguros		1.437.183	1.139.821
Não circulante		8.439.846	7.962.759
Realizável a longo prazo		4.892.920	4.479.048
Aplicações	8	2.312.397	2.366.205
Créditos das operações com seguros e resseguros		405.924	301.708
Prêmios a receber	9,1	405.924	301.708
Outros créditos operacionais		489	189
Ativos de resseguro - provisões técnicas		14.032	13.734
Títulos e créditos a receber		1.692.553	1.624.857
Títulos	10	6.422	5.623
Créditos tributários e previdenciários	11	667.540	567.247
Depósitos judiciais e fiscais	12	1.014.873	1.045.222
Outros créditos		3.618	6.765
Despesas antecipadas		-	6.453
Outros valores e bens	13	187.412	108.869
Custos de aquisição diferidos	14	80.014	57.033
Seguros		80.014	57.033
Investimentos		2.031.552	1.519.376
Participações societárias	15	2.031.552	1.519.376
Imobilizado	16	279.856	708.970
Imóveis de uso próprio		43.584	467.960
Bens móveis		110.444	80.594
Outras imobilizações		125.828	160.416
Intangível	17	1.435.618	1.255.365
Outros intangíveis		1.435.618	1.255.365
Total do ativo		17.890.105	14.828.211
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		10.176.401	8.060.215
Contas a pagar		833.321	831.952
Obrigações a pagar	18,1	184.671	367.339
Impostos e encargos sociais a recolher	18,2	360.225	274.855
Encargos trabalhistas	19	100.756	88.907
Empréstimos e financiamentos	19	119.365	77.800
Impostos e contribuições		65.910	20.694
Outras contas a pagar		2.394	2.357
Operações com seguradoras	20	597.780	506.553
Operações com resseguradoras		15.670	10.554
Corretoras de seguros e resseguros		5.930	378
Outros débitos operacionais	20,1	455.806	363.432
Depósitos de terceiros	21	9.183	32.376
Provisões técnicas - seguros	22	8.005.599	6.083.876
Danos		370.279	305.578
Vida individual		327.351	279.799
Outros débitos	23,2	32.888	20.081
Débitos diversos		32.888	20.081
Não circulante		2.125.997	1.983.934
Contas a pagar		187.895	213.679
Obrigações a pagar	18,1	171.778	66.316
Tributos diferidos	11,1,3	74.735	90.135
Empréstimos e financiamentos	19	41.982	63.128
Provisões técnicas - seguros	22	985.008	747.469
Danos		844.378	863.404
Pessoas		86.492	53.307
Vida individual		34.738	31.418
Outros débitos		971.594	1.016.886
Provisões judiciais	23	866.220	612.121
Débitos diversos	23,2	105.374	104.765
Patrimônio líquido		5.880.607	4.784.062
Capital social		2.914.266	2.552.441
Aumento/redução de capital (em aprovação)		391.579	112.000
Reservas de reavaliação		20.256	62.763
Reservas de lucros		2.466.025	2.224.952
Ajustes de avaliação patrimonial		(203.519)	(168.094)
Total do passivo e patrimônio líquido		17.890.105	14.828.211

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reserva de lucros	Reserva de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		2.272.441	-	64.843	1.644.343	74.356	-	4.055.983
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	(123.906)
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 269		30.000	-	-	-	-	-	30.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 547		250.000	-	-	-	-	-	250.000
AGE de 29 de outubro de 2021		-	112.000	-	-	-	-	112.000
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	-
Realização		-	-	(2.799)	-	-	2.799	-
Outros		-	-	719	-	-	-	719
Ajuste de exercícios anteriores - controladas		-	-	-	36.612	-	-	36.612
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	-	8.924	-	-	8.924
Adoção inicial CPC 06		-	-	-	(18.717)	-	-	(18.717)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(242.450)	-	(242.450)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	922.246	922.246
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		-	-	-	46.112	-	(46.112)	-
Reservas estatutárias		-	-	-	631.584	-	(631.584)	-
JCP (R\$ 0,32 por ação)		-	-	-	-	-	(184.102)	(184.102)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,11 por ação)		-	-	-	-	-	(63.247)	(63.247)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		2.552.441	112.000	62.763	2.224.952	(168.094)	-	4.784.062
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		-	-	-	(220.000)	-	-	(220.000)
Aumento/Redução de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 640	24 a	112.000	(112.000)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 707		86.000	-	-	-	-	-	86.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 687		105.000	-	-	-	-	-	105.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 945		10.000	-	-	-	-	-	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1021		45.000	-	-	-	-	-	45.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1172		20.000	-	-	-	-	-	20.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1172		(16.175)	-	-	(1.321)	-	-	(17.496)
AGE de 28 de julho de 2022		-	20.000	-	-	-	-	20.000
AGE de 30 agosto de 2022		-	213.965	-	-	-	-	213.965
AGE de 31 de outubro de 2022		-	135.614	-	-	-	-	135.614
AGE de 28 de dezembro de 2022		-	22.000	-	-	-	-	22.000
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	-
Realização	24 c	-	-	(70.182)	-	-	70.182	-
Outros		-	-	27.675	-	-	-	27.675
Ajuste de exercícios anteriores - controladas	24 d	-	-	-	(14.011)	-	-	(14.011)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	24 f	-	-	-	79.020	-	-	79.020
Ações outorgadas controladora/controladas	24 f	-	-	-	(5.429)	-	-	(5.429)
Ajustes de avaliação patrimonial	24 b	-	-	-	-	(35.425)	-	(35.425)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	674.800	674.800
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		-	-	-	33.740	-	(33.740)	-
Reservas estatutárias		-	-	-	369.074	-	(369.074)	-
JCP (R\$ 0,52 por ação)		-	-	-	-	-	(342.168)	(342.168)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		2.914.266	391.579	20.256	2.466.025	(203.519)	-	5.588.607

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na especificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes bases-dados, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de regulação:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

(*) Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Riscos Financeiros	% Demais	% Total
Centro Oeste	620.765	6,55%	83.948	5,19%	42.222	5,41%
Nordeste	710.580	7,49%	87.991	5,44%	48.730	6,24%
Norte	153.980	1,62%	26.182	1,62%	16.976	2,17%
Sudeste	6.807.870	71,78%	1.165.170	72,05%	556.153	71,22%
Sul	1.191.026	12,56%	253.983	15,70%	116.782	14,96%
Total Geral	9.484.181	100,00%	1.617.274	100,00%	780.863	100,00%

(*) Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Riscos Financeiros	% Demais	% Total
Centro Oeste	620.765	6,54%	82.644	5,19%	40.997	5,39%
Nordeste	710.580	7,49%	86.310	5,42%	47.338	6,22%
Norte	153.980	1,62%	25.612	1,61%	16.532	2,17%
Sudeste	6.808.473	71,78%	1.147.554	72,09%	541.645	71,16%
Sul	1.191.026	12,56%	249.797	15,69%	114.600	15,06%
Total Geral	9.484.784	100,00%	1.591.917	100,00%	761.112	100,00%

(*) Não incluem os valores de RVNE e resseguros aceitos nos montantes de R\$ 81.397 e (R\$ 106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 440 de RVNE (líquido de resseguro).

(*) Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Riscos Financeiros	% Demais	% Total
Centro Oeste	408.133	3,86%	69.628	0,66%	34.704	0,33%
Nordeste	567.181	5,36%	75.471	0,71%	41.955	0,40%
Norte	107.841	1,02%	22.008	0,21%	13.955	0,13%
Sudeste	5.202.266	49,14%	971.576	9,18%	449.476	4,25%
Sul	838.327	7,92%	188.424	1,78%	89.951	0,85%
Total Geral	7.123.748	67,29%	1.327.107	12,54%	630.121	5,95%

(*) Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Riscos Financeiros	% Demais	% Total
Centro Oeste	408.133	3,90%	67.719	0,65%	33.897	0,32%
Nordeste	567.180	5,41%	71.967	0,69%	40.817	0,39%
Norte	107.841	1,03%	20.570	0,20%	13.645	0,13%
Sudeste	5.202.249	49,65%	940.329	8,97%	437.620	4,18%
Sul	838.326	8,00%	181.240	1,73%	88.309	0,84%
Total Geral	7.123.729	67,99%	1.281.825	12,23%	614.288	5,86%

(*) Não incluem os valores de RVNE e resseguros aceitos nos montantes de R\$ (R\$ 18.747) e R\$ 2,876, respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 899 de RVNE (líquido de resseguro).

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itau Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frota. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos. A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(478.849)	60.038
Sinistros - aumento de 50,0%	(324.712)	474.314

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(56.117)	(46.239)
Sinistros - aumento de 50,0%	123.790	110.048

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de anti-seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguras no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	4.057	20.337
Sinistros - aumento de 50,0%	68.473	84.095

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.

- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

- Utilização como indicador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.

- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Riscos Financeiros	% Demais	% Total
Centro Oeste	620.765	6,55%	83.948	5,19%	42.222	5,41%
Nordeste	710.580	7,49%	87.991	5,44%	48.730	6,24%
Norte	153.980	1,62%	26.182	1,62%	16.976	2,17%
Sudeste	6.807.870	71,78%	1.165.170	72,05%	556.153	71,22%
Sul	1.191.026	12,56%	253.983	15,70%	116.782	14,96%
Total Geral	9.484.181	100,00%	1.617.274	100,00%	780.863	100,00%

(*) Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Riscos Financeiros	% Demais	% Total
Centro Oeste	620.765	6,54%	82.644	5,19%	40.997	5,39%
Nordeste	710.580	7,49%	86.310	5,42%	47.338	6,22%
Norte	153.980	1,62%	25.612	1,61%	16.532	2,17%
Sudeste	6.808.473	71,78%	1.147.554	72,09%	541.645	71,16%
Sul	1.191.026	12,56%	249.797	15,69%	114.600	15,06%
Total Geral	9.484.784	100,00%	1.591.917	100,00%	761.112	100,00%

(*) Não incluem os valores de RVNE e resseguros aceitos nos montantes de R\$ 81.397 e (R\$ 106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 440 de RVNE (líquido de resseguro).

(*) Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Riscos Financeiros	% Demais	% Total
Centro Oeste	408.133	3,86%	69.628	0,66%	34.704	0,33%
Nordeste	567.181	5,36%	75.471	0,71%	41.955	0,40%
Norte	107.841	1,02%	22.008	0,21%	13.955	0,13%
Sudeste	5.202.266	49,14%	971.576	9,18%	449.476	4,25%
Sul	838.327	7,92%	188.424	1,78%	89.951	0,85%
Total Geral	7.123.748	67,29%	1.327.107	12,54%	630.121	5,95%

(*) Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Riscos Financeiros	% Demais	% Total
Centro Oeste	408.133	3,90%	67.719	0,65%	33.897	0,32%
Nordeste	567.180	5,41%	71.967	0,69%	40.817	0,39%
Norte	107.841	1,03%	20.570	0,20%	13.645	0,13%
Sudeste	5.202.249	49,65%	940.329	8,97%	437.620	4,18%
Sul	838.326	8,00%	181.240	1,73%	88.309	0,84%
Total Geral	7.123.729	67,99%	1.281.825	12,23%	614.288	5,86%

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e a SUSEP o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de "stress" e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão desse risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e de política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	5.588.607	4.784.062
(+/-) Ajustes contábeis	(4.206.810)	(3.853.858)
Participações societárias	(2.031.552)	(1.519.376)
Despesas antecipadas	(67.165)	(90.077)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(232.665)	(233.193)
Ativos intangíveis	(1.435.618)	(1.255.365)
DAC não são diretamente relacionados à FPN	(43.304)	(18.556)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(353.022)	(269.331)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-)	(43.584)	(467.960)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(17.640)	(17.613)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	1.364.056	1.171.631
PLA de nível 1	1.364.056	1.171.631
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/conf. registradas	1.005.743	932.127

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PLA de nível 2	1.005.743	932.127
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	353.022	269.331
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	43.584	467.960
PLA de nível 3	396.606	737.291
Excesso de Nível 2 (-)	(182.022)	(303.686)
Excesso de Nível 3 (-)	(43.584)	(467.960)
Excesso de níveis 2 e 3	(225.608)	(771.648)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	2.540.799	1.810.361
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	2.353.487	1.795.540
Capital de risco de subscrição	2.128.206	1.583.975
Capital de risco de mercado	223.789	249.084
Capital de risco de crédito	145.422	130.198
Capital de risco operacional	80.959	61.271
Benefício da correlação entre riscos	(224.889)	(228.988)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	2.353.487	1.795.540
Suficiência de capital	187.312	14.821

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*)	616.062	110.105
	616.062	110.105

(*) Composto por operações comprometidas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						

Fundos abertos					
Cotas de fundos	1.248	-	1.248	1.112	-
de investimentos.....	1.871	-	1.871	1.662	-
Outras	3.119	-	3.119	2.774	-

Fundos exclusivos					
LFTs	749.899	-	749.899	378.269	-
Cotas de fundos	171.009	-	171.009	192.184	-
Ações de companhias abertas	76.565	-	76.565	156.033	-

Letras Financeiras					
- privadas	-	84.304	84.304	-	79.744
Outras	-	80.985	80.985	-	115.132
Total	997.473	165.289	1.162.762	726.466	924.136
Circulante	1.000.592	165.289	1.165.881	729.260	194.676
Não circulante	-	1.614.010	-	-	922.474

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	32%	28%
(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.		

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
NTNs - B	1.582.127	1.852.740

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. INTANGÍVEL

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Taxas anuais amortização (%)	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software	6,67					
a 25,0	2.083.293	(662.487)	1.420.806	1.803.058	(565.949)	1.237.109
Outros intangíveis	20,0	54.755	(39.943)	14.812	54.755	(36.499)
		2.138.048	702.430	1.435.618	1.857.813	(602.449)
			1.255.365			1.255.365

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Adições	Despesas	Outros	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
Software	1.237.109	280.250	(96.543)	(1.420.806)	1.237.109
Outros intangíveis	18.256	(3.444)	(8)	(14.812)	18.256
	1.255.365	280.250	(99.989)	(8)	1.435.618

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fornecedores	100.498	117.984
Provisão benefícios a empregados	71.177	66.316
Participação nos lucros a pagar	70.687	167.282
Honorários a pagar	1.435	2.596
Dividendos a pagar (i)	63.246	63.246
Outras	12.062	16.231
	255.849	433.655
Circulante	184.671	367.339
Não circulante	71.178	66.316

(i) Vide nota explicativa nº 24 e.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF	299.185	221.677
INSS e FGTS	30.991	26.929
Imposto de renda retido na fonte	22.895	18.173
Outros	7.154	8.076
	360.225	274.855

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até maio de 2024, em que são remunerados a taxas indexadas ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Empréstimos bancários (i)	134.567	111.430
Financiamentos - Informática	26.780	29.498
	161.347	140.928
Circulante	119.365	77.800
Não circulante	41.982	63.128

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emi- sões	Venc- imento	Remune- ração a.a.	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
8.135.....	Bradesco 2020	2022	127,1 CDI	-	8.193	
9.000.....	Bradesco 2020	2021	CDI + 2,01%	-	9.015	
82.700.....	Itaú 2021	2024	2,4% CDI	99.190	86.482	
7.537.....	Bradesco 2021	2024	100% CDI + 2,10%	8.885	7.740	
8.109.....	Itaú 2022	2026	100% CDI + 1,90%	9.215	8.210	
8.135.....	Bradesco 2022	2026	100% CDI + 2,24%	8.228	-	
9.000.....	Bradesco 2022	2026	100% CDI + 2,24%	9.054	-	
			Total		134.567	111.430

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	111.430	29.498	140.928
Aquisição/constituição	8.107	10.619	18.726
Atualização monetária/juros	15.030	1.743	16.773
Liquidação/reversão	-	(15.080)	(15.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	134.567	26.780	161.347

20. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Corretores de seguros e resseguros	455.806	363.432
Operações com resseguradoras	72.963	84.997
Prêmios a restituir	15.670	10.554
Operações com seguradoras	5.090	378
Outros débitos operacionais	48.311	47.192
	597.780	506.553

20.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer	249.363	119.294
Vencidos 1 a 30 dias	4.982	52.660
Vencidos 31 a 60 dias	23.892	35.052
Vencidos 61 a 120 dias	19.159	48.411
Acima de 120 dias	158.410	108.015
	455.806	363.432

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Outros depósitos	9.183	-	9.183
Total 31 de dezembro de 2022	9.183	-	9.183
Total 31 de dezembro de 2021	7	32.369	32.376

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Bruto de líquido de resseguro	9.668.837	7.416.722
Bruto de líquido de resseguro	9.668.837	7.416.722
Provisão de prêmios não ganhos	7.813.590	7.754.670
Sinistros e benefícios a liquidar	1.438.541	1.366.956
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	294.327	262.383
Demais provisões	122.379	114.639
Total	9.668.837	9.498.648
Circulante	8.703.229	6.669.253
Não circulante	965.608	747.469

22.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESEGURO

	Passivos de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos de Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.320.585	181.036
Constituições decorrentes de prêmios	10.600.060	106.682
Diferimento pelo risco decorrido	(9.849.654)	(109.402)
Aviso de sinistros	5.445.568	114.621

	Passivos de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos de Resseguros
Pagamento de sinistros/benefícios	(5.163.548)	(128.144)
Atualização monetária e juros	56.711	2.415
Outras (constituição/reversão)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.416.722	167.208
Constituições decorrentes de prêmios	13.783.925	111.103
Diferimento pelo risco decorrido	(12.124.421)	(108.083)
Aviso de sinistros	7.386.185	81.707
Pagamento de sinistros/benefícios	(6.824.897)	(85.557)
Atualização monetária e juros	31.323	3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.668.837	170.189

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	9.668.837	7.416.722
Direitos creditórios (i)	4.613.130	3.454.802
Custos de aquisição diferidos pagos	1.108.388	889.116
Operações com resseguradoras	112.508	104.678
Depósitos judiciais de PSL	4.881	8.141
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.518	2.053
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	5.840.425	4.458.790
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	3.828.412	2.957.932
Títulos de renda fixa - públicos	1.647.806	1.852.741
Quotas de fundos de investimento	2.610.892	1.391.536
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	4.258.698	3.244.277
Excedente (E - C - D)	430.286	286.345

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R\$ milhões), denominada tabela de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	565	561	531	764	922	1.009	1.241	1.479	1.731
Um ano mais tarde	523	567	612	730	726	796	885	1.218	-
Dois anos mais tarde	553	585	673	739	755	790	831	-	-
Três anos mais tarde	561	639	679	756	748	740	-	-	-
Quatro anos mais tarde	615	651	693	751	698	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	629	669	695	701	-	-	-	-	-
Séis anos mais tarde	648	675	648	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	657	629	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	612	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	612,0	629,0	649,0	701,0	698,0	740,0	831,0	1.218,0	1.731,0

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pagamentos acumulados até a data-base	(518,3)	(534,0)
Retrocessos	(4,2)	1,3
PSL e IBNR reconhecidos no balanço	414,081	366,631
	382,978	332,950

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Bruto de líquido de resseguro	382.978	332.950
Bruto de líquido de resseguro	382.978	332.950
Total pago no exercício	(92.565)	(83.361)
Novas constituições no exercício	109.688	105.098
Reavaliação da provisão por extinção	(56.290)	(48.936)
	343.801	305.651

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	42.651	37.079
Atualização monetária e juros (i)	27.619	23.801
Saldo final	414.081	366.631
Quantidade de processos	8.371	7.057

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

23. OUTROS DÉBITOS

23.1 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, civil e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	821.831	860.594
Cíveis	21.390	24.441
Trabalhistas	22.999	27.086
Total	866.220	912.121

(a) Provisão para Processos Fiscais e Previdenciários

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS (i)	516.351	489.560
Processos com adesão ao REFIS (ii)	267.819	336.124
Outras (iii)	37.661	34.910
	821.831	860.594

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) Outros Tributos

A Companhia mantém discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxas Municipais; (iii) imposto sobre Serviços - ISS; e (iv) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

Movimentação das Provisões Judiciais Prováveis

	(a)	(b)	(c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	860.594	27.086	24.441	912.121
Constituições	-	10.488	11.028	21.516
Enc. exto/reversões (i)	(82.718)	(14.091)	(10.284)	(107.103)
Pagamentos	-	(3.947)	(6.906)	(10.853)
Atualização monetária	43.955	3.463	3.121	50.539
Saldo em 31 de dezembro de 2022	821.831	22.999	21.390	866.220
Quantidade de processos	14	351	503	868
(i) A redução refere-se a reversão parcial dos saldos (provisão e depósito) em fiscais sobre a discussão de incidência de adicional de 2,5% da contribuição previdenciária na Companhia, após anuência da Receita Federal do Brasil - RFB.				

23.1.2 POSSÍVEIS

	Fiscais (a)	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	770.151	183.877	170.574	1.124.602
Constituições	-	3.005	3.434	6.439
Pagamentos	-	-	-	-
Atualização monetária	24.772	-	-	24.772
Saldo em 31 de dezembro de 2022	794.923	186.882	173.994	1.155.799

(a) Fiscais e Previdenciários

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 376.440 (R\$ 269.110 de possível impacto no lucro líquido) e; (ii) questionamento através de atuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 152.667 (R\$ 114.611 de possível impacto no lucro líquido).

23.2 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Passivo de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento
Saldo em 31 de dezembro de 2021	206.127	(81.281)	124.846
Novos Contratos, Baixas, Cancelamentos	24.772	-	24.772
Apropriação dos juros	-	13.452	13.452
Pagamentos	(24.808)	-	(24.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	206.091	(67.829)	138.262
Circulante	-	-	32.888
Não circulante	-	-	105.374

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 3.305.845, dividido em 660.488.297 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R\$ 2.664.441 dividido em 583.686.532 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento/redução de capital realizadas pela SUSEP/CGJRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R\$
01 de abril de 2022	687	105.000
25 de abril de 2022	707	86.000
27 de outubro de 2022	8.086	(16.176)
02 de julho de 2022	845	10.000
07 de outubro de 2022	1.021	45.000
30 de novembro de 2022	1.172	20.000
		249

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

novembro de 2022, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 70.000 e R\$ 150.000, respectivamente, à conta de reservas de lucros

A Administração da Companhia aprovou, na reunião de diretoria, realizada em 30 de junho de 2022, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 48.264, líquidos de imposto de renda, pagos em 30 de novembro de 2022.

A Administração da Companhia deliberou, na reunião de diretoria de 30 de agosto de 2022 e 31 de outubro de 2022, JCP no valor de R\$ 136.965 e R\$ 105.614, respectivamente, líquidos de imposto de renda, para integralização de capital na Companhia.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício.....	674.800	922.246
(-) Reserva legal - 5%.....	(33.740)	(46.112)
Realização da reserva de reavaliação.....	70.182	2.799
Lucro básico para determinação do dividendo.....	711.242	878.933
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....	177.811	219.733
JCP distribuído - líquido (*).....	290.843	156.486
Complemento dividendos mínimos obrigatórios.....	290.843	63.247
Total de dividendos e JCP.....	290.843	219.733
Total por Ação (R\$).....	0,44035	0,37693

(*) Em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 342.168 destacado na DMPL, está incluso R\$ 51.325, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) Remuneração em Ações

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte de remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" ou "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, restando o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial.....	13.734	4.810
Diferimento de "vesting" do período.....	79.020	8.924
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito.....	(5.429)	—
Saldo final.....	87.325	13.734
Valor de mercado médio ponderado (R\$).....	29.33	52.06
	Quantidade	Quantidade
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial.....	241.649	83.549
Diferimento de "vesting" do período.....	1.849.821	158.106
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito.....	(86.887)	—
Saldo final.....	2.004.583	241.649

25. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSÃOAMENTO

	Dezembro de 2022	Índice de emittidos	Dezembro de 2021	Índice de ganhos
Automóveis.....	6.936.258	5.727.363	65,8	23,2
Resp. civil facultativa veículos.....	1.701.979	1.494.034	61,1	19,4
Demais - Automóveis.....	782.981	688.550	39,1	29,6
Fiança locatícia.....	757.172	571.759	54,8	20,5
Compreensivo empresarial.....	685.854	613.670	41,8	29,5
Vida individual e grupo.....	1.032.671	943.118	41,8	30,7
Compreensivo residencial.....	481.186	429.442	45,8	21,0
Demais - vida.....	458.276	433.889	31,0	29,9
Demais - patrimonial.....	229.053	196.181	32,2	24,0
Demais - transportes.....	340.478	320.890	32,7	22,7
Demais - rural.....	48.081	43.931	76,5	11,4
Demais ramos.....	358.937	335.593	19,0	22,0
13.783.926	11.798.420	55,2	23,5	

	Dezembro de 2021	Índice de emittidos	Dezembro de 2021	Índice de ganhos
Prêmios.....	4.829.850	4.541.012	55,1	25,7
Prêmios.....	1.400.099	1.355.374	48,1	20,2
Demais - automóveis.....	901.976	835.864	21,5	20,4
Fiança locatícia.....	721.810	426.991	35,9	24,6
Compreensivo empresarial.....	597.618	542.537	32,9	29,8
Vida individual e grupo.....	577.121	550.101	67,3	30,7
Compreensivo residencial.....	413.540	387.879	38,2	31,4
Demais - vida.....	378.508	367.106	32,5	29,2
Demais - patrimonial.....	300.982	271.543	33,7	20,7
Demais - transportes.....	197.792	190.536	25,7	23,6
Demais - rural.....	29.820	50.565	171,1	11,8
Demais ramos.....	259.134	226.403	22,9	26,6
10.608.060	9.745.911	47,0	25,1	

26. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Bruto de Liquido de resseguro.....	(1.869.138)	(1.873.071)
Provisão de prêmios não ganhos.....	(39.160)	(39.160)
Provisão de riscos não expirados.....	(77.208)	(77.208)
Outras provisões.....	(1.985.509)	(1.989.439)

27. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Sinistros avisados - ADM.....	(5.918.622)	(4.530.714)
Porto Socorro.....	(990.885)	(557.778)
Sinistros avisados - JUD.....	(90.604)	(85.857)
Outras despesas de comercialização.....	(320.343)	(153.313)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(652.987)	(224.156)
Ressarcimentos.....	244.451	697.641
Salvados.....	(326.386)	(343.786)
Outras despesas com sinistros (*).....	(6.508.260)	(4.584.197)

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

28. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios retidos.....	(3.006.824)	(2.519.993)
Outras despesas de comercialização.....	(90.360)	(74.936)
Variação das despesas de comercialização diferidas.....	(2.776.841)	(2.441.618)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 14) e as despesas de comercialização não diferidas.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Assistência.....	(35.074)	(76.965)
Cobrança.....	(50.169)	(34.359)
Benefícios concedidos a segurados.....	(30.115)	(29.912)
Encargos sociais.....	(29.271)	(29.861)
Dispositivo anti-furto.....	(9.531)	(7.598)
Honorários advocatícios.....	(6.636)	(5.556)
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(9.081)	5.823
Provisões civis.....	(8.592)	(13.714)
Outras.....	(18.008)	(28.670)
(195.476)	(220.612)	

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Pessoal e benefícios pós-emprego.....	(1.380.058)	(1.338.034)
Serviços de terceiros.....	(604.495)	(546.861)
Localização e funcionamento.....	(354.049)	(334.899)
Publicidade.....	(116.778)	(76.789)
Programa Meu Porto Seguro (i).....	(48.369)	58.688
Doativos e contribuições.....	(25.647)	(25.943)
Despesas recuperadas (ii).....	839.213	711.879
Outras.....	(28.098)	(23.445)
(1.070.272)	(1.683.935)	

(i) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início no 2º semestre de 2020, iniciativa que ofereceu até o momento 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação, em todo o Brasil, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, ou que já estavam desempregadas ou ainda, em busca do primeiro emprego em todo o Brasil.

(ii) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 34).

31. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS.....	(221.348)	(211.540)
PIS.....	(35.980)	(34.375)
Outras.....	(10.331)	(9.532)
(267.659)	(255.447)	

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Juros de títulos disponíveis para a venda.....	163.059	268.198
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação.....	178.120	121.555
Operações de Seguros.....	64.284	58.688
Variações monetárias dos depósitos judiciais.....	56.143	13.465
Outras.....	63.648	44.427
Total de receitas financeiras.....	525.374	506.333
Operações de seguros.....	(31.325)	(55.711)
Desvalorização de juros de títulos para negociação.....	(48.193)	(27.261)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo.....	(44.938)	(83.001)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda.....	(102.670)	(120.670)
Outras.....	(49.823)	(130.074)
Total de despesas financeiras.....	(178.947)	(198.084)
Resultado financeiro.....	346.427	308.249

33. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

Do montante de R\$ 27.437 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 31.657 refere-se ao ganho patrimonial obtido na operação com o Fundo realizado em junho e julho de 2022 (conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2), compensado pela perda de R\$ 4.220 relativos a sucatas.

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

Além dos montantes de Dividendos e JCP a receber e a pagar, notas explicativas nºs 10 a 18, respectivamente, as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto Seguro;
- (ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física;
- (iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida;
- (iv) Prestação de serviços do grupo saúde contratados da controlada Porto Saúde;
- (v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;
- (vi) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portoper e Porto Investimentos;
- (vii) Conênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; (viii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (x) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;
- (xi) Prestação de serviços de telecomunicações pela Porto Conecta.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Azul Seguros.....	50.646	31.437
Portoseg.....	1.433.550	981.466
Porto Saúde.....	13.054	10.695
Porto Assistência.....	6.295	—
Porto Consórcio.....	5.941	4.888
Porto Atendimento.....	5.779	8.692
Itaú Auto e Residência.....	3.182	3.812
Porto Vida.....	2.446	2.538
Demais.....	6.829	8.235
1.527.722	1.051.763	

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Passivo		
Demonstração do resultado		
Azul Seguros.....	496.531	354.963
Porto Saúde.....	132.708	107.947
Porto Consórcio.....	160.927	109.221
Porto Atendimento.....	93.962	91.082
Porto Consórcio.....	67.571	51.521
Itaú Auto e Residência.....	40.926	42.129
Porto Vida.....	27.229	27.722
Serviços Médicos e.....	9.651	17.179
Porto Saúde Ocupações.....	6.798	6.941
Proteção e Monitoramento.....	134.316	68.956
Demais.....	1.170.620	877.661
705.624	236.385	

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participação nos lucros - administradores.....	75.553	64.959
Honorários de diretoria e encargos.....	25.514	20.806
101.107	85.765	

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas		
Demonstração do resultado		
Azul Seguros.....	496.531	354.963
Porto Saúde.....	132.708	107.947
Porto Consórcio.....	160.927	109.221
Porto Atendimento.....	93.962	91.082
Porto Consórcio.....	67.571	51.521
Itaú Auto e Residência.....	40.926	42.129
Porto Vida.....	27.229	27.722
Serviços Médicos e.....	9.651	17.179
Porto Saúde Ocupações.....	6.798	6.941
Proteção e Monitoramento.....	134.316	68.956
Demais.....	1.170.620	877.661
705.624	236.385	

34.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participação nos lucros - administradores.....	75.553	64.959
Honorários de diretoria e encargos.....	25.514	20.806
101.107	85.765	

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**35.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoper - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2022, os planos contavam com cerca de 4,6 mil (4,4 mil em dezembro de 2021) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 19.192 em dezembro de 2022 (R\$ 16.991 em dezembro de 2021).

35.2 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício.....	66.316	49.509
Custo dos benefícios.....	3.846	2.731
Custo de juros.....	6.642	3.554
Benefícios pagos.....	(5.568)	(7.484)
Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial.....	(926)	(1.507)
Outros.....	867	19.513
Saldo final do passivo.....	71.177	66.316

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2022, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano).....	6,23%
Taxa de crescimento salarial (ao ano).....	1,00%
Inflação econômica (ao ano).....	5,02%
Inflação médica (ao ano).....	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal.....	5,02%

36. OUTRAS INFORMAÇÕES**(a) Relatório Comitê de Auditoria**

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA**ROBERTO DE SOUZA SANTOS**
Diretor Presidente**CELSON DAMADI**
Diretor Vice-Presidente Financeiro,
Controladoria e Investimentos**LENE ARAÚJO DE LIMA**
Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional**LUIS AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA**
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados**MARCOS ROBERTO LOUÇAO**
Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços**SAMI FOGUEL**
Diretor Vice-Presidente**JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA**
CEO Seguros e Diretor Vice-Presidente

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e 22, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registra provisões técnicas referentes a contratos de seguros no montante de R\$ 9.668.637 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar as deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e providência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e providência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes semelhanças alguns das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostragem, de sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem metodológica necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência

acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens avaliados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, liquidez de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados -

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Atualmente a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda

CRC-SP034519/O

Patrícia di Paula da Silva Paz

Sócia - Contadora CRC-SP198827/O

Diana Yukie Naki dos Santos

Sócia - Contadora CRC-SP300514/O



Com o app, todo o cuidado de Porto tá na palma da sua mão.

Luiz Correa
(Atendente Porto Seguro)

Baixe agora!



Designated by
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S/A ESTADO DE S. PAULO 6103304000141
CPF: 06.615.418/22
Destinatário: NEIDE OLIVEIRA SOUZA
Data: 2023.03.16 12:21:43 BRT

NEIDE OLIVEIRA SOUZA:205 40856851
Assinado de forma digital por NEIDE OLIVEIRA SOUZA:20540856851
Dados: 2023.03.16 18:13:28 -03'00'

ROBERTO DE SOUZA DIAS:1158 3846883
Assinado de forma digital por ROBERTO DE SOUZA DIAS:1158384688
Dados: 2023.03.16 18:13:42 -03'00'

DANIELE GOMES YOSHIDA:30 141081899
Assinado de forma digital por DANIELE GOMES YOSHIDA:30141081899
Dados: 2023.03.17 15:40:08 -03'00'



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser verificada no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balanço encerrado em 31 de dezembro 2022

(valores em milhares de reais)

Ativo

Ativo Circulante – A C (*).....	11.032.386
Realizável a Longo Prazo – R L P	3.110.693
Investimentos, Imobilizado e Intangível.....	3.747.026
Ativo Total – AT	17.890.105

Passivo

Passivo Circulante – P C	10.176.401
Passivo Não Circulante – P N C	2.125.097
Patrimônio Líquido – P L	5.588.607
Passivo Total – PT	17.890.105

Indicador de Análise Econômico-Financeiro

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{14.143.079}{12.301.498} = 1,15$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{17.890.105}{12.301.498} = 1,45$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{A C}{P C} = \frac{11.032.386}{10.176.401} = 1,08$$

Grau de Endividamento (GE):

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{12.301.498}{17.890.105} = 0,69$$

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{5.588.607}{12.301.498} = 0,45$$

Nota explicativa:

(*) Montante composto pelo saldo total do ativo circulante, somado ao saldo dos títulos disponíveis para venda no longo prazo. (vide nota explicativa 8.2).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balanço encerrado em 31 de dezembro 2022

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2022, (vide nota explicativa nº. 8.5), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.582.127 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141
081899

Assinado de forma digital
por DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141081899
Dados: 2023.03.08
15:09:09 -03'00'

Daniele Gomes Yoshida
Contador - CRC 1SP 255783/O-1

NEIDE
OLIVEIRA
SOUZA:20540
856851

Assinado de forma
digital por NEIDE
OLIVEIRA
SOUZA:20540856851
Dados: 2023.03.14
08:36:51 -03'00'

ROBERTO
DE SOUZA
DIAS:115838
46883

Assinado de forma
digital por ROBERTO
DE SOUZA
DIAS:11583846883
Dados: 2023.03.14
08:37:03 -03'00'

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 – Rua Guaianases, 1238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos pela Companhia totalizaram no exercício de 2023 R\$ 15.828,2 milhões, com aumento de R\$ 2.044,3 milhões ou 14,8% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2023, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 12,9%, com redução de 1,2 ponto percentual em relação ao exercício anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2023 R\$ 597,7 milhões, com aumento de R\$ 251,3 milhões, ou 72,5% em relação ao ano anterior. O resultado do exercício foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em renda variável.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2023 foi de 89,6%, redução de 7,2 pontos percentuais em relação aos 96,8% do ano anterior e o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2023 foi de 86,1%, com redução de 7,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente da redução do índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2023 R\$ 1.711,7 milhões, com aumento de R\$ 1.036,9 milhões ou 153,7% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 2,41 no ano e R\$ 1,12 no exercício de 2022.

• Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 293,3 milhões no ano de 2023. Do total investido, R\$ 196,3 milhões foram destinados a "softwares" e R\$ 97,0 milhões a sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioambientais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br/>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e, à despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.

Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.

Por outro lado, os serviços permaneceram no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de

crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.

A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permaneceu baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário. Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic. O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre. Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal. Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança depositada em nós, e aos funcionários e colaboradores pela dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prêmios emitidos		25	15.828.220
Variações das provisões técnicas de prêmios		26	(959.444)
Prêmios ganhos		25	14.868.776
Sinistros ocorridos		27	(7.450.013)
Custos de aquisição		28	(3.304.487)
Outras receitas e despesas operacionais		29	(215.833)
Resultado com resseguro			(53.096)
Receitas com resseguro			114.411
Despesas com resseguro			(167.507)
Despesas administrativas		30	(1.919.310)
Despesas com tributos		31	(426.537)
Resultado financeiro		32	597.710
Resultado patrimonial			511.450
Resultado operacional			2.608.660
Ganhos ou perdas com ativos não correntes			(1.442)
Resultado antes dos impostos e participações			2.607.218
Imposto de renda		11.2	(305.093)
Contribuição social		11.2	(179.467)
Participações sobre o lucro			(410.986)
Lucro líquido do exercício		35	1.711.672
Quantidade de ações (mil)			709.063
Lucro líquido por ação - R\$			2.41

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício			1.711.672
Outros resultados abrangentes			100.119
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	101.613	(62.922)
Efeitos tributários		(40.645)	25.169
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		83.962	1.700
Efeitos tributários - controladas		(33.585)	(680)
Ajustes acumulados de conversão/outras		(11.226)	1.308
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		1.811.791	639.375

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo			
Circulante		11.396.934	9.490.259
Disponível		59.484	81.343
Caixa e bancos		59.484	81.343
Equivalentes de caixa		7	51.171
Aplicações	8	2.519.269	1.349.027
Créditos das operações com seguros e resseguros		6.146.871	5.214.313
Prêmios a receber	9.1	6.012.216	5.039.456
Operações com seguradoras		100.495	128.453
Operações com resseguradoras		34.160	46.404
Outros créditos operacionais		251.162	167.459
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	178.339	156.157
Títulos e créditos a receber		233.013	233.978
Títulos e créditos a receber	10	81.021	60.971
Créditos tributários e previdenciários	11	43.458	83.268
Outros créditos		108.534	89.739
Outros valores e bens	13	179.891	127.572
Bens à venda		80.092	31.171
Outros valores		99.799	96.401
Despesas antecipadas		110.132	67.165
Custos de aquisição diferidos	14	1.667.602	1.437.183
Seguros		1.667.602	1.437.183
Não circulante		9.778.895	8.439.846
Realizável a longo prazo		5.138.392	4.692.820
Aplicações	8	2.537.059	2.312.397
Créditos das operações com seguros e resseguros		502.474	405.924
Prêmios a receber	9.1	502.474	405.924
Outros créditos operacionais		-	488
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	12.557	14.032
Títulos e créditos a receber		1.792.771	1.692.553
Títulos e créditos a receber	10	6.070	6.422
Créditos tributários e previdenciários	11	710.554	667.640
Depósitos judiciais e fiscais		1.072.690	1.014.873
Outros créditos		3.257	3.618
Outros valores e bens	13	195.143	187.412
Custos de aquisição diferidos	14	98.388	80.014
Seguros		98.388	80.014
Investimentos		2.860.059	2.031.552
Participações societárias	15	2.860.059	2.031.552
Imobilizado	16	277.156	279.856
Imóveis de uso próprio		12.094	43.584
Bens móveis		140.371	110.444
Outras imobilizações		124.691	125.828
Intangível	17	1.503.288	1.435.618
Outros intangíveis		1.503.288	1.435.618
Total do ativo		21.175.829	17.890.105

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.711.672	674.800
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		196.336	176.030
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos		(4.454)	(4.513)
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível		1.442	(27.437)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		1.139.345	2.114.539
Resultado de equivalência patrimonial	15	(519.865)	(93.108)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros - aplicações		(1.394.904)	(372.745)
Créditos das operações de seguros e resseguros		(1.029.358)	(1.516.427)
Ativos de resseguro		(20.707)	(2.981)
Créditos fiscais e previdenciários		39.811	(18.042)
Auto fiscal diferido		(42.915)	(100.393)
Despesas antecipadas		(42.967)	22.912
Depósitos judiciais e fiscais		(58.017)	30.349
Custos de aquisição diferidos		(248.793)	(320.343)
Outros ativos		(908.566)	(376.778)
Impostos e contribuições		519.657	123.836
Outras contas a pagar		793.337	(60.039)
Débitos de operações com seguros e resseguros		82.474	91.227
Depósitos de terceiros		45.349	(23.193)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros		250.813	137.576
Provisões judiciais		62.183	(45.901)
Passivos de arrendamento		(1.217)	13.416
Outros passivos		384.146	412.992
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		423.231	213.516
Recebimento de dividendos e JCP		(534.659)	(78.620)
Impostos sobre o lucro pagos		(22.852)	(19.140)
Juros sobre captação de recursos pagos		-	(262.343)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		820.522	951.533
Atividades de investimento			
Aumento de capital - controladas		-	(262.343)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua



DANIELE GOMES YOSHIDA:30 141081899

Assinado de forma digital por DANIELE GOMES YOSHIDA:3014108 1899 143603-0307



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no CR Code ou pelo site: <https://estadão.estadão.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



continuação

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021.....		2.552.441	112.000	62.763	2.224.952	(168.094)	—	4.784.062
Dividendos intermediários - exercícios anteriores.....		—	—	—	(220.000)	—	—	(220.000)
Aumento/Redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 640.....		112.000	(112.000)	—	—	—	—	—
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 707.....		86.000	—	—	—	—	—	86.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 687.....		105.000	—	—	—	—	—	105.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 845.....		10.000	—	—	—	—	—	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.021.....		45.000	—	—	—	—	—	45.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.172.....		20.000	—	—	—	—	—	20.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 8.086.....		(16.175)	—	—	(1.321)	—	—	(17.496)
AGE de 28 de julho de 2022.....		—	20.000	—	—	—	—	20.000
AGE de 30 agosto de 2022.....		—	213.965	—	—	—	—	213.965
AGE de 31 de outubro de 2022.....		—	135.614	—	—	—	—	135.614
AGE de 28 de dezembro de 2022.....		—	22.000	—	—	—	—	22.000
Reserva de reavaliação								
Realização.....		—	—	(70.182)	—	—	70.182	—
Outros.....		—	—	27.675	—	—	—	27.675
Ajuste de períodos anteriores - controladas.....		—	—	—	(14.011)	—	—	(14.011)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas.....		—	—	—	79.020	—	—	79.020
Ações outorgadas controladora/controladas.....		—	—	—	(5.429)	—	—	(5.429)
Ajustes de avaliação patrimonial.....		—	—	—	—	(35.425)	—	(35.425)
Lucro líquido do exercício.....		—	—	—	—	—	674.800	674.800
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal.....		—	—	—	33.740	—	—	(33.740)
Reservas estatutárias.....		—	—	—	369.074	—	—	—
JCP (R\$ 0,52 por ação).....		—	—	—	—	—	—	(342.168)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022.....		2.914.266	391.579	20.256	2.466.025	(203.519)	—	5.588.607
Dividendos intermediários - exercícios anteriores.....	24 e	—	—	—	(577.789)	—	—	(577.789)
Aumento/redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.288.....	24 a	20.000	(20.000)	—	—	—	—	—
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.324.....		213.965	(213.965)	—	—	—	—	—
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.330.....		135.614	(135.614)	—	—	—	—	—
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.446.....		22.000	(22.000)	—	—	—	—	—
AGE de 30 de maio de 2023.....		—	877.473	—	—	—	—	877.473
AGE de 31 de outubro de 2023.....		—	733.591	—	—	—	—	733.591
AGE de 10 de novembro de 2023.....		—	(187.150)	—	—	—	—	(187.150)
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 119.....		(1.094.960)	—	—	—	—	—	(1.094.960)
Reserva de reavaliação								
Realização.....	24 c	—	—	(28.141)	—	—	28.141	—
Outros.....		—	—	9.535	—	—	—	9.535
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas.....	24 f	—	—	—	125.878	—	—	125.878
Ações outorgadas controladora/controladas.....	24 f	—	—	—	(73.298)	—	—	(73.298)
Ajustes de avaliação patrimonial.....	24 b	—	—	—	—	100.119	—	100.119
Lucro líquido do exercício.....		—	—	—	—	—	1.711.672	1.711.672
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal.....	24 d (i)	—	—	—	30.583	—	—	(30.583)
Reservas estatutárias.....	24 d (ii)	—	—	—	1.050.280	—	—	(1.050.280)
JCP (R\$ 0,53 por ação).....	24 e	—	—	—	—	—	—	(366.950)
Dividendos mínimos e intermediário (R\$ 0,42 por ação).....	24 e	—	—	—	—	—	—	(292.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023.....		2.210.885	1.423.914	1.650	3.021.679	(103.400)	—	6.554.728

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - São Paulo - SP, tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.....	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.....	15,8%
Rosag Empreend. Participações S/A.....	23,1%
Itaú Unibanco S.A.....	19,1%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.....	41,1%
Ações em circulação.....	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.....	Participação
Bruno Campos Garfinkel.....	18,3%
Jayme Brasil Garfinkel.....	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel.....	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel.....	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.....	Participação
Jayme Brasil Garfinkel.....	100,0%
Itaúseg Participações S.A.....	Participação
Banco Itaúcard S.A.....	26,4%
Itaú Unibanco S.A.....	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.....	11,2%
Itaú Unibanco S.A.....	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Banco Itaúcard S.A.....	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.....	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.....	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.....	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.....	39,3%
Outros.....	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.1 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Reorganização Societária

O Grupo Porto se reorganizou societariamente em verticais visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio: Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações. Em 14 de abril de 2023, foi aprovada a cisão dos saldos relativos aos investimentos na Porto Saúde com versão da parcela patrimonial cindida no montante de R\$ 1.094.960 para a Porto Saúde Operações.

Em 30 de maio de 2023 (ratificado em 31 de outubro de 2023), foi aprovado o aumento de capital referente à reorganização societária das investidas Azul Companhia de Seguros Gerais S.A. e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. nos montantes de R\$ 779.005 e R\$ 832.059 respectivamente.

Em 10 de novembro de 2023, foi aprovado a redução de capital referente a reorganização societária da investida Porto Uruguai no montante de R\$ 187.150.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de

Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas: Azul Cia. de Seguros, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concludirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

Circular SUSEP nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024 a Companhia desenvolve um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda refere o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos. Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/aliquação de salvados após o pagamento de sinistro. Adicionalmente, a partir de julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios não ganhos entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (liquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior

continua



DANIELE GOMES
YOSHIDA:
30141081
899

Assinado de
forma digital por
DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141
081699
Data: 2024.03.18
14:37:38 -02'00'



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no CR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regas da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4.1 ATIVOS DE RESEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.4.2 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regas da SUSEP.

3.4.3 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.5 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existirem) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.6 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.7 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são ativos somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.9 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.10 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.10.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e liquidação de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNeR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais com pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alcováveis e não alcováveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios. As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.10.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes. Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades. Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (TETJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a sua metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 56,7%, e o percentual de resseguro foi de 1,0%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.11 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço prestado é prestado.

Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos. Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocinadora os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.12 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, segundo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.13 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.14 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.14.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.10.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.14.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.15 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em lei e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.17 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a reconhecimentos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuarias para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

continua ★



DANIELE
GOMES
YOSHIDA:301 81899
41081899

Assinado de
forma digital por
DANIELE GOMES
YOSHIDA:301410
Data: 2024.03.18
14:38:04 -03'00'



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no CR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 – Rua Guaianases, 1238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCALIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. E por meio delas que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco. Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto. A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade de classificação, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2023, 86,2% (88,6% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos, são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de seguro da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por ser econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

(c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão do risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's".

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
		Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)
Local	A-	2.887	3.084	1.582	40.322
	AA-	14.243	23.836	43.354	40.322
	BB-	5.366	5.725	844.726	848.990
	A+	2.935	1.191	2.959.388	3.620.837
	BBB+	–	2.710	926.539	1.912.556
Admitida		1.582	597	1.094.157	1.131.219
Total de recebíveis de resseguro		34.150	9.219	17.845.497	7.553.924

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (I):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)
A vista/sem vencimento	1.582	43.354	1.094.157	1.131.219
Fluxo de 1 a 30 dias	3.567.401	844.726	1.978.646	848.990
Fluxo de 2 a 6 meses	1.185.308	3.464.340	2.959.388	3.620.837
Fluxo de 7 a 12 meses	581.390	2.152.092	926.539	1.912.556
Fluxo acima de 1 ano	10.941.571	1.106.577	3.828.323	1.131.219
	17.845.497	7.611.089	10.695.793	7.553.924

(I) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do

risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPCA/IGPM)	51,5%	57,0%
Prefixados	29,2%	20,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	15,0%	17,7%
Ações	1,2%	1,7%
Outros	3,1%	3,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error", "Benchmark-VaP" e "duration", utilizados para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (I)	Impacto (II)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(310.702)
	+ 25 b.p.	(169.993)
	+ 10 b.p.	(72.076)
	- 10 b.p.	310.702
	- 25 b.p.	169.993
	- 50 b.p.	72.076
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(30.148)
	+ 25 b.p.	(15.437)
	+ 10 b.p.	(6.262)
	- 10 b.p.	30.148
	- 25 b.p.	15.437
	- 50 b.p.	6.262
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(2.775)
	+ 25 b.p.	(2.312)
	+ 10 b.p.	(1.850)
	- 10 b.p.	2.775
	- 25 b.p.	2.312
	- 50 b.p.	1.850

(I) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(II) Bruto de efeitos tributários.

Bruto de Resseguro									
Região		Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%
Centro Oeste		685.384	6,46%	100.314	4,38%	48.091	5,54%	25.073	3,03%
Nordeste		782.918	7,38%	104.422	4,56%	54.579	6,29%	13.010	1,57%
Norte		174.321	1,64%	30.142	1,32%	18.357	2,12%	974	0,12%
Sudeste		7.637.416	71,99%	1.739.364	76,01%	617.626	71,17%	666.795	80,56%
Sul		1.328.908	12,53%	314.222	13,73%	129.152	14,88%	121.870	14,72%
Total Geral		10.608.947	100,00%	2.288.464	100,00%	867.805	100,00%	827.722	100,00%

Líquido de Resseguro (*)									
Região		Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%
Centro Oeste		685.384	6,46%	98.209	4,37%	46.026	5,51%	24.992	3,03%
Nordeste		782.918	7,38%	102.183	4,55%	52.043	6,23%	12.814	1,55%
Norte		174.321	1,64%	29.421	1,31%	17.601	2,11%	909	0,11%
Sudeste		7.637.416	71,99%	1.712.357	76,19%	594.087	71,14%	664.127	80,59%
Sul		1.328.908	12,53%	305.442	13,59%	125.376	15,01%	121.280	14,72%
Total Geral		10.608.947	100,00%	2.247.612	100,00%	835.133	100,00%	824.122	100,00%

(*) Não incluem os valores de RVNes nos montantes de R\$ 592 (líquido de resseguro).

Bruto de resseguro (*)									
Região		Automóveis	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%
Centro Oeste		620.765	6,55%	83.948	5,19%	42.222	5,41%	21.793	2,74%
Nordeste		710.560	7,49%	87.991	5,44%	48.730	6,24%	11.292	1,42%
Norte		153.960	1,62%	26.182	1,62%	16.976	2,17%	1.485	0,19%
Sudeste		6.807.870	71,78%	1.165.170	72,05%	556.153	71,22%	640.408	80,48%
Sul		1.191.026	12,56%	253.983	15,70%	116.782	14,96%	120.755	15,18%
Total Geral		9.484.181	100,00%	1.617.274	100,00%	780.863	100,00%	795.733	100,00%

Líquido de resseguro (**)									
Região		Automóveis	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%
Centro Oeste		620.765	6,54%	82.644	5,19%	40.997	5,39%	21.686	2,74%
Nordeste		710.560	7,49%	86.310	5,42%	47.338	6,22%	11.005	1,39%
Norte		153.960	1,62%	25.612	1,61%	16.532	2,17%	1.414	0,18%
Sudeste		6.808.473	71,78%	1.147.554	72,09%	541.645	71,16%	637.453	80,50%
Sul		1.191.026	12,56%	249.797	15,69%	114.600	15,06%	120.289	15,19%
Total Geral		9.484.784	100,00%	1.591.917	100,00%	761.112	100,00%	791.847	100,00%

(*) Não incluem os valores de RVNE e resseguros aceitos nos montantes de R\$ 81.397 e (R\$ 106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 440 de RVN/RN (**líquido de resseguro).

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frota. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Premissas atuariais	(596.787)	(478.849)
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(412.513)	(424.712)
Sinistros - aumento de 50,0%		

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia.

Resalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.10.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições e as concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Dezembro de 2023						
%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
	25.073	3,03%	49.252	4,53%	908.114	5,79%
	13.010	1,57%	39.885	3,67%	994.814	6,34%
	974	0,12%	16.007	1,47%	239.801	1,53%
	666.795	80,56%	856.103	78,72%	11.517.304	73,45%
	121.870	14,72%	126.245	11,61%	2.020.397	12,88%
	827.722	100,00%	1.087.492	100,00%	15.680.430	100,00%

Dezembro de 2023						
%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
	24.992	3,03%	46.016	4,60%	900.627	5,80%
	12.814	1,55%	37.544	3,75%	987.502	6,36%
	909	0,11%	15.426	1,54%	237.678	1,53%
	664.127	80,56%	786.364	78,54%	11.394.351	73,43%
	121.820	14,72%	115.834	11,57%	1.996.840	12,87%
	824.122	100,00%	1.001.184	100,00%	15.516.998	100,00%

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa (*)

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.409	—	1.409	1.248	—	1.248
Outras	2.116	—	2.116	1.871	—	1.871
	3.525	—	3.525	3.119	—	3.119
Fundos exclusivos						
LTNs	1.022.725	—	1.022.725	—	—	—
LFTs	739.967	—	739.967	749.899	—	749.899
Letras Financeiras - privadas	—	214.729	214.729	—	84.304	84.304
Cotas de fundos	186.851	—	186.851	171.009	—	171.009
Ações de companhias abertas	63.040	—	63.040	76.565	—	76.565
NTNs - B	3.265	—	3.265	—	—	—
Outros	287.283	287.283	—	80.985	80.985	—
	2.015.848	502.012	2.517.860	997.473	165.289	1.162.762
Total	2.019.373	502.012	2.521.385	1.000.952	165.289	1.166.241
Circulante	—	2.519.269	1.164.010	—	—	—
Não circulante	—	2.116	1.871	—	—	—

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria: 49% 32%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.933.629 (R\$ 1.936.313 em 31 de dezembro de 2022).

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
NTNs - B	1.746.737	1.582.127
LTNs	—	65.679
Total	1.746.737	1.647.806
Circulante	—	65.679
Não circulante	1.746.737	1.582.127

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria: 35% 45%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 777.850 (R\$ 818.336 em 31 de dezembro de 2022).

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
NTNs - B	1.746.737	1.582.127
LTNs	—	65.679
Total	1.746.737	1.647.806
Circulante	—	65.679
Não circulante	1.746.737	1.582.127

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria: 16% 23%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 777.850 (R\$ 818.336 em 31 de dezembro de 2022).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - B	788.206	728.399
LTNs	—	119.338
Total	788.206	847.737
Circulante	—	119.338
Não circulante	788.206	728.399

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria: 16% 23%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 777.850 (R\$ 818.336 em 31 de dezembro de 2022).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	4.277.486	3.398.784
Aplicações	4.783.111	3.807.887
Resgates	(4.623.756)	(3.154.579)
Rendimentos	569.045	288.316
Ajuste a valor de mercado	101.613	(62.922)
Saldo final	5.107.499	4.277.486

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidez antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo circulante (*)	13.160.644	11.032.386
Passivo circulante	12.226.597	10.178.401
Índice de liquidez corrente	1,08	1,08

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA+	4,45	4,60
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14	0,09
LTN	10,99	11,98
Carteira própria		
NTNs B - IPCA +	3,79	3,78

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Prêmios a receber de segurados	Prêmios a receber de segurados	Prêmios a receber de segurados	Prêmios a receber de segurados
Automóvel	3.843.775	(6.103)	3.837.672	(2.042)
Riscos Financeiros	1.024.912	(1.178)	1.023.734	(1.856)
Patrimonial	937.670	(3.819)	933.851	(5.638)
Pessoas	654.982	(12.240)	642.742	(2.308)
Transportes	34.863	(3.354)	31.509	(1.428)
Responsabilidade	37.217	(245)	36.972	(32.703)
Animal/Rural	8.631	(421)	8.210	(7.363)
	6.542.050	(27.360)	6.514.690	(13.443)
Circulante	6.012.216	5.039.456	—	—
Não circulante	502.474	405.924	—	—

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer	6.263.126	5.268.601
Vencidos até 30 dias	168.426	130.290
Vencidos 31 a 60 dias	29.636	19.636
Vencidos 61 a 120 dias	40.825	15.820
Vencidos 121 a 180 dias	15.670	7.266
Vencidos 181 a 365 dias	23.108	12.892
Vencidos acima de 365 dias	1.257	4.316
	6.542.050	5.458.823
Redução ao valor recuperável	(27.360)	(13.443)
	6.514.690	5.445.380

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	5.445.380	4.034.614
Provisões emitidas	17.374.536	15.036.022
IOF	954.461	824.838
Adicional de fracionamento	83.721	64.384
Prêmios cancelados	(1.537.058)	(1.244.128)
Recebimentos	(15.792.433)	(13.273.390)
Redução ao valor recuperável	(13.917)	3.040
Saldo final	6.514.690	5.445.380

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	13.443	16.483
Provisões constituídas	18.999	13.930
Reversões e baixas	312	(15.543)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(4.494)	(1.427)
Saldo final	27.360	13.443

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO (*)

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Automóvel	1 a 5	43,7%	50,0%
	6 a 11	47,7%	42,8%
	12	8,6%	7,2%
Ramos Elementares	1 a 5	62,4%	57,0%
	6 a 11	31,7%	37,2%
	12	5,9%	5,8%
Vida	1 a 5	27,9%	28,3%
	6 a 11	6,9%	5,8%
	12	65,2%	65,9%

(*) Uma das ações da Companhia durante a pandemia foi disponibilizar a possibilidade de contratação em 10 vezes sem juros, resultando em um crescimento nas faixas entre 6 a 11 parcelas.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Contas a receber - diversos	50.688	29.329
Direito a ressarcimento (i)	35.822	35.848
Dividendos e JCP	—	1.757
Outros	581	459
	87.091	67.393
Circulante	81.261	69.971
Não circulante	6.070	6.422

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro fiança:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	4.665	57,4%	5.144	61,3%
2º mês	2.804	17,1%	3.513	13,5%
3º mês	2.184	5,9%	2.797	5,1%
4º mês	1.861	3,3%	2.297	3,3%
5º mês	1.707	2,2%	2.007	1,8%
6º mês	1.584	1,7%	1.723	1,1%
7º mês	1.493	1,2%	1.571	0,7%
8º mês	1.441	0,7%	1.408	0,7%
9º mês	1.387	0,8%	1.287	0,4%
10º mês	1.335	0,6%	1.223	0,3%
11º mês	1.273	0,4%	1.135	0,3%
12º mês	1.266	0,4%	1.055	0,3%
13º ao 18º mês	6.532	0,5%	4.276	0,2%
19º ao 24º mês	4.206	1,6%	3.216	2,0%
25º ao 30º mês	1.716	1,3%	2.110	2,2%
Após o 30º mês	368	4,9%	496	6,8%
	35.922	100%	35.848	100%
Circulante	29.425		29.425	
Não circulante	6.070		6.422	

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	35.848	32.548
Constituições	1.275	3.535
Reversão	(1.201)	(235)
Saldo final	35.922	35.848

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	710.555	666.975
Imposto de renda	23.342	43.946
Contribuição social	5.866	19.992
PIS e COFINS	221	706
INSS	13.698	12.715
Outros	808	6.574
	754.012	750.908
Circulante	43.458	83.268
Não circulante	710.554	667.640

(i) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2023
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	331.888	220.835	(242.637)	310.086
Provisão de participação nos lucros	46.926	135.763	(79.780)	102.909
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	81.287	58.417	(45.195)	94.503
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	115.403	34.894	(75.537)	74.760
Benefícios a empregados	33.218	21.503	(5.666)	49.055
Provisões para processos judiciais - civis e trabalhistas	17.755	8.621	(3.454)	22.922
Provisão para riscos sobre créditos	6.738	6.918	(8.190)	5.466
Outras provisões	33.760	116.117	(101.753)	48.125
	666.975	603.068	(559.488)	714.555

continua →

DANIELE GOMES YOSHIDA:30141081899
Data: 2024.03.18 14:39:06 -03'00'Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no CR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada período futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024.....	585.549
2025.....	28.597
2026.....	10.662
2027.....	44.120
2028.....	3.294
2029 a 2031.....	11.326
Após 2031.....	27.007
Total - Ativo.....	710.555

11.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2022	Consti- tuição	Reversão	Dezembro de 2023
Natureza				
IR e CS sobre combinação de negócios (i).....	–	257.861	(3.366)	254.495
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS.....	32.514	11.900	(6.611)	37.803
IR e CS sobre reavaliação de imóveis.....	11.743	75	(6.837)	4.981
IR e CS outros.....	30.478	5.809	36.287	–
Total.....	74.735	275.645	(16.814)	333.566

(i) Vide nota explicativa nº 15.

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL).....	2.607.218	813.573
(-) Participações nos resultados.....	(410.986)	(189.425)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A).....	2.196.232	624.148
Alíquota vigente.....	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B).....	(878.493)	(249.659)
Equivalência patrimonial.....	212.569	37.244
Juros sobre capital próprio.....	146.780	136.867
Inovação tecnológica.....	65.286	118.589
Incentivos fiscais.....	15.007	4.112
Outros.....	(45.709)	3.499
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	393.933	300.311
Total de imposto de renda e contribuição social (D = A + B + C).....	(484.560)	50.652
Taxa efetiva (D/A).....	22,1%	-8,1%

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
PIS (*).....	584.992	553.497
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*).....	407.524	387.290
Sinistros.....	20.126	19.728
INSS.....	2.221	2.043
Outros.....	58.057	52.315
Total.....	1.072.890	1.014.873

(*) Vide nota explicativa nº 23.1.1 (a).

13. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
Bens à venda - salvados (i).....	175.883	111.428
Direito a salvados - estimados (ii).....	102.380	98.155
Ativo de direito de uso (iii).....	95.408	101.408
Cheques e ordens a receber.....	–	1.888
Almoxarifado.....	1.363	2.105
Total.....	375.034	314.984
Circulante.....	179.891	127.572
Não circulante.....	195.143	187.412

(i) Vide nota explicativa nº 13.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 13.2.

(iii) Vide nota explicativa nº 13.3.

13.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
Permanência até 30 dias.....	61.925	50.978
Permanência de 31 a 60 dias.....	42.652	23.662
Permanência de 61 a 120 dias.....	42.939	19.191
Permanência de 121 a 365 dias.....	35.971	23.474
Permanência acima de 365 dias.....	18.672	14.535
Total.....	202.159	131.840
Redução ao valor recuperável (*).....	(26.276)	(20.412)
Total.....	175.883	111.428

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	33.062	18,6%	29.802	15,8%
2º mês	15.548	43,1%	16.074	38,1%
3º mês	8.501	17,8%	8.470	21,1%
4º mês	6.252	4,9%	6.109	6,3%
5º mês	4.884	3,2%	4.862	3,4%
6º mês	3.986	2,2%	4.002	2,3%
7º mês	3.564	1,4%	3.274	1,9%
8º mês	3.182	0,9%	2.896	1,1%
9º mês	2.781	0,8%	2.517	0,9%
10º mês	2.441	0,6%	2.207	0,8%
11º mês	2.164	0,8%	1.929	0,7%
12º mês	1.878	0,5%	1.707	0,6%
13º ao 18º mês	7.987	0,4%	7.322	0,6%
19º ao 24º mês	3.958	1,8%	4.458	1,7%
25º ao 30º mês	1.672	0,8%	2.065	1,0%
Após o 30º mês	520	2,2%	461	3,7%
	102.380	100%	98.155	100%
Circulante	102.380		92.407	
Não circulante	—		5.748	

13.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
Saldo inicial.....	98.155	93.314
Constituições.....	4.225	6.005
Reversões.....	–	(1.164)
Saldo final.....	102.380	98.155

13.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
Taxas anuais de depreciação (%)	5,0 a 33,0	160,005
Depreciação acumulada	64.597	95.408
Valor líquido	148.289	46.881
Depreciação acumulada	46.881	101.408
Valor líquido	101.408	101.408

Direito de uso.....

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

13.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Direito de uso.....	101.408	11.716	(17.716)	95.408

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
Automóvel.....	1.052.874	952.331
Patrimonial.....	343.314	224.673
Riscos financeiros.....	190.557	177.582
Pessoas.....	157.314	135.369
Outros.....	21.931	27.242
Total.....	1.765.990	1.517.197
Circulante.....	1.667.602	1.437.183
Não circulante.....	98.388	80.014

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2023, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2022.

14.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
Saldo inicial.....	1.517.197	1.196.854
Constituição.....	3.065.532	1.193.913
Apropriação para despesa.....	(2.816.739)	(873.570)
Saldo final.....	1.765.990	1.517.197

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Participa- ção (%)	Saldos em dezembro de 2022	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste TVM controladas	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial/outros	Reorganização Societária	Saldos em dezembro de 2023
Porto Saúde (*).....	–	1.001.712	37.530	(18.999)	–	–	74.717	(1.094.960)	–
Azul Seguros (*).....	100,0	373.380	350.991	(215.108)	14.915	(48.201)	1.582	779.005	1.256.564
Porto Vida.....	100,0	313.650	31.899	(4.949)	12.198	(12.270)	7.922	–	348.450
Porto Uruguai.....	100,0	157.237	28.957	–	–	–	956	(187.150)	–
Porto Capitalização.....	100,0	185.573	34.619	(66.000)	23.264	(5.000)	13	–	172.469
Itaú Auto e Residência (*).....	100,0	–	35.869	(15.000)	–	(20.000)	204	98.468	99.541
Combinação de Negócios (**).....	–	–	–	–	–	–	(8.415)	991.450	983.035
Total.....	2.031.552	519.865	(320.056)	50.377	(85.471)	76.979	586.813	2.860.059	–

(*) Reorganização societária conforme explicado na nota explicativa nº 1.1.

(**) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando a unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Decorrente da reorganização societária, destacada na nota explicativa nº 1.1, tal combinação de negócios passou a ser contemplada nos investimentos da Companhia.

15.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
UGCs	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Itaú Auto e Residência	13,23%	3,51%	12,80%	3,29%
Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.				

16. IMOBILIZADO

	Dezembro de 2023				Dezembro de 2022			
	Taxas anuais de depre- ciação (%)	Custo	Depre- ciação acumu- lada	Valor Líquido	Custo	Depre- ciação acumu- lada	Valor Líquido	
Edificações (*)	2,4	10.625	(213)	10.412	52.007	(12.897)	39.110	
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	191.775	(67.084)	124.691	184.138	(58.310)	125.828	
Terrenos	—	1.682	—	1.682	4.474	—	4.474	
		204.082	(67.297)	136.785	240.619	(71.207)	169.412	
Informática	20,0 a 33,3	533.453	(392.805)	140.648	465.643	(359.189)	106.454	
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	70.551	(72.806)	(2.255)	78.942	(78.066)	876	
Rastreadores	100,0	4.699	(2.648)	2.051	6.174	(3.358)	2.816	
Equipamentos	10 a 14,3	32.011	(33.021)	(1.010)	32.577	(32.585)	(8)	
Veículos	20 a 25,0	8.279	(7.342)	937	7.290	(6.984)	306	
		648.993	(508.622)	140.371	590.626	(480.182)	110.444	
		853.075	(575.919)	277.156	831.245	(551.389)	279.856	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2022	Aqui- sições	Depre- ciação	Outros/ depre- ciação	Saldo líquido em dezembro de 2023
Edificações.....	39.110	–	(61)	(380)	28.257
Benefícios em imóveis de terceiros.....	125.828	10.209	–	(11.346)	–
Terrenos.....	4.474	–	(39)	–	1.682
Informática.....	106.454	80.631	(248)	(44.308)	140.648
Móveis, máquinas e utensílios.....	876	75	(49)	(3.158)	1
Rastreadores.....	2.816	5.092	(108)	(5.434)	2.051
Equipamentos.....	(8)	–	(40)	(962)	–
Veículos.....	306	1.013	(20)	(362)	–
Total.....	110.444	86.811	(465)	(54.224)	140.371
Total.....	279.856	97.020	(565)	(65.950)	277.156

17. INTANGÍVEL

	Dezembro de 2023				Dezembro de 2022			
	Taxas anuais amortização (%)		Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais amortização (%)		Amortização acumulada	Valor líquido
	Custo				Custo			
"Software".....	25,0	2.281.373	(791.073)	1.490.300	2.083.293	(662.487)	1.420.806	
Outros intangíveis.....	20	54.755	(41.767)	12.988	54.755	(39.943)	14.812	
		2.336.128	(832.840)	1.503.288	2.138.048	(702.430)	1.435.618	

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações			Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
		Aquisições	Despesas de amortização	Outros/transferências	
"Software".....	1.420.806	196.262	(128.562)	1.794	1.490.300
Outros intangíveis	14.812	—	(1.824)	—	12.988
	1.435.618	196.262	(130.386)	1.794	1.503.288

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023
Fornecedores.....	327.353	100.488
Participação nos lucros a pagar.....	206.673	70.687
Provisão benefícios a empregados (i).....	90.578	71.177
Honorários a pagar.....	2.608	1.435
Outras.....	26.179	12.062
Total.....	653.381	255.849
Circulante.....	562.803	184.671
Não circulante.....	90.578	71.177

(i) Vide nota explicativa nº 34.2.

continua ★



DANIELE GOMES YOSHIDA 30/11/2023 14:10:1899

Assinado por forma digital por DANIELE GOMES YOSHIDA 30/11/2023 14:10:1899



Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
IOF.....	362.106	299.185
INSS e FGTS.....	32.683	30.991
Imposto de renda retido na fonte.....	35.924	22.895
Outros.....	12.681	7.154
Total	443.404	360.225

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até 2026, em que são remunerados a taxas indexadas ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Empréstimos bancários (i).....	155.290	134.567
Financiamentos - Informática.....	13.949	26.780
Total	169.239	161.347
Circulante.....	158.711	119.365
Não circulante.....	10.528	41.982

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
82.700	ITAU	2021	2024	2,4% CDI	114.453	99.190
8.109	ITAU	2022	2026 100% CDI + 1,90%	10.615	9.210	
7.537	BRADESCO	2021	2024 100% CDI + 2,10%	10.253	8.885	
8.135	BRADESCO	2022	2026 100% CDI + 2,24%	9.507	8.228	
9.000	BRADESCO	2022	2026 100% CDI + 1,24%	10.462	9.054	
Total					155.290	134.567

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	134.567	26.780	161.347
Atualização monetária/juros.....	20.723	1.996	22.719
Liquidação/reversão.....	—	(14.827)	(14.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	155.290	13.949	169.239

19.3 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer.....	506.631	249.363
Vencidos de 1 a 30 dias.....	15.201	4.982
Vencidos 31 a 60 dias.....	2.405	23.892
Vencidos 61 a 120 dias.....	3.330	19.159
Acima de 120 dias.....	3.247	158.410
Total	530.814	455.806

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos estavam integralmente centralizados na faixa entre 1 a 30 dias.

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Corretores de seguros e resseguros.....	530.814	455.806
Operações com resseguradoras.....	83.819	72.963
Operações com seguradoras.....	12.885	5.030
Prêmios a restituir.....	10.989	15.670
Outros débitos operacionais.....	41.747	48.311
Total	680.254	597.780

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R\$ milhões), denominada Tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Administrativo											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	2.988	3.280	3.516	4.061	4.207	4.702	4.119	5.196	6.850	6.539	
Dois anos mais tarde.....	3.033	3.334	3.550	4.121	4.256	4.782	4.255	5.364	7.135	—	
Três anos mais tarde.....	3.031	3.342	3.555	4.128	4.272	4.801	4.272	5.388	—	—	
Quatro anos mais tarde.....	3.034	3.343	3.557	4.133	4.278	4.805	4.292	—	—	—	
Cinco anos mais tarde.....	3.038	3.344	3.560	4.122	4.280	4.787	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde.....	3.039	3.347	3.561	4.123	4.281	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde.....	3.041	3.347	3.561	4.124	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde.....	3.044	3.347	3.561	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde.....	3.044	3.347	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde.....	3.045	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Movimentações	3.045	3.347	3.561	4.124	4.281	4.787	4.292	5.388	7.135	6.539	
Administrativo											
Montante de sinistros pagos até a data-base.....	2.629	2.900	3.146	3.544	3.717	4.186	3.532	4.418	5.982	5.457	
Dois anos mais tarde.....	3.044	3.343	3.551	4.104	4.258	4.782	4.262	5.353	7.083	—	
Três anos mais tarde.....	3.066	3.358	3.565	4.119	4.277	4.809	4.291	5.366	—	—	
Quatro anos mais tarde.....	3.072	3.362	3.568	4.126	4.284	4.816	4.287	—	—	—	
Cinco anos mais tarde.....	3.080	3.364	3.571	4.128	4.286	4.785	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde.....	3.084	3.371	3.572	4.129	4.280	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde.....	3.091	3.371	3.573	4.123	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde.....	3.093	3.371	3.561	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde.....	3.094	3.347	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde.....	3.044	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Pagamentos	3.044	3.347	3.561	4.123	4.280	4.785	4.287	5.366	7.083	5.457	
Judicial											
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	36	34	36	34	36	39	54	78	69	60	
Dois anos mais tarde.....	70	46	55	66	67	72	100	121	102	—	
Três anos mais tarde.....	91	68	76	79	91	91	114	130	—	—	
Quatro anos mais tarde.....	104	74	85	91	100	97	116	—	—	—	
Cinco anos mais tarde.....	122	80	91	90	105	113	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde.....	135	84	97	90	111	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde.....	142	86	100	93	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde.....	134	87	89	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde.....	124	88	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde.....	127	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Movimentações	127	88	89	93	111	113	116	130	102	60	
Judicial											
Montante de sinistros pagos até a data-base.....	9	8	15	12	16	17	20	30	18	15	
Dois anos mais tarde.....	21	28	24	29	33	35	37	51	41	—	
Três anos mais tarde.....	34	35	38	43	50	45	47	68	—	—	
Quatro anos mais tarde.....	40	43	48	54	58	55	63	—	—	—	
Cinco anos mais tarde.....	48	50	56	62	72	73	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde.....	65	58	60	65	78	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde.....	75	61	65	66	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde.....	79	63	72	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde.....	91	73	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde.....	101	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Pagamentos	101	73	72	66	78	73	63	68	41	15	

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Bruto de Liquido de resseguro	Bruto de Liquido de resseguro	Bruto de Liquido de resseguro	Bruto de Liquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos.....	8.773.035	8.717.436	7.813.590	7.754.670
Sinistros e benefícios a liquidar.....	1.814.830	1.716.531	1.438.541	1.366.956
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	348.530	311.531	294.327	262.383
Demais provisões.....	122.600	122.599	122.379	114.639
Total	11.058.995	10.868.097	9.668.837	9.498.648
Circulante.....	10.036.959	8.703.229	—	—
Não circulante.....	1.022.036	965.608	—	—

22.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	7.416.722	167.208
Constituições decorrentes de prêmios.....	13.783.926	111.103
Diferimento pelo risco decorrido.....	(12.124.421)	(108.093)
Avisos de sinistros.....	7.386.185	81.707
Pagamentos de sinistros/benefícios.....	(6.824.896)	(85.557)
Atualização monetária e juros.....	31.323	3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	9.668.837	170.189
Constituições decorrentes de prêmios.....	15.828.220	164.026
Diferimento pelo risco decorrido.....	(15.147.671)	(198.585)
Avisos de sinistros.....	7.261.638	98.350
Pagamentos de sinistros/benefícios.....	(6.583.763)	(39.218)
Atualização monetária e juros.....	31.734	(3.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	11.058.995	190.896

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Total das provisões técnicas (A).....	11.058.995	9.668.837
Direitos creditórios (i).....	5.456.687	4.613.130
Custos de aquisição diferidos pagos.....	1.270.572	1.106.388
Operações com resseguradoras.....	136.750	112.508
Depósitos judiciais de PSL.....	3.853	4.881
Fundos e reservas retidos pelo IRB.....	1.551	1.518
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B).....	6.869.413	5.840.425
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B).....	4.189.582	3.828.412
Títulos de renda fixa - públicos.....	1.746.737	1.647.806
Quotas de fundos de investimento.....	3.254.788	2.610.992
Total de ativos oferecidos em garantia (D).....	5.001.525	4.258.698
Excedente (D - C).....	811.943	430.286

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Bruto de Liquido de resseguro	Bruto de Liquido de resseguro	Bruto de Liquido de resseguro	Bruto de Liquido de resseguro
Saldo inicial.....	414.081	366.631	382.978	332.950
Total pago no período.....	(101.381)	(91.300)	(92.565)	(83.361)
Novas constituições no período.....	114.849	110.043	109.868	105.086
Baixas da provisão por êxito.....	(65.947)	(57.331)	(56.290)	(48.936)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades.....	47.109	45.955	42.651	37.079
Atualização monetária e juros (i).....	31.281	28.153	27.619	23.801
Saldo final	439.993	402.150	414.261	366.631
Quantidade de processos.....	10.546	8.371	—	—

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

23. OUTROS DÉBITOS

23.1 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, civil e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a).....	871.095	821.831
Cíveis.....	36.176	21.390
Trabalhistas.....	21.132	22.080
Total	928.403	865.220

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS (i).....	545.873	516.351
Processos com adesão ao REFIS (ii).....	293.004	267.819
Outros (iii).....	32.218	37.661
Total	871.095	821.831

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Em Execução Fiscal movida em face da Companhia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Companhia um crédito a recuperar perante a Receita Federal. Nas ações da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFINIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) OUTROS

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 – Rua Guaianases, 1238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do exercício no montante de R\$ 28.141 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 70.182 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 442.177 (R\$ 411.594 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinada a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 2.441.364 (R\$ 1.968.873 em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Outras Reservas

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIIS, a Companhia recebeu de sua controlada, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 2023 a Administração da Companhia aprovou as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros: (i) R\$ 95.000 em 31 de janeiro; (ii) R\$ 39.789 em 31 de março; (iii) R\$ 88.000 em 10 de abril; (iv) R\$ 35.000 em 30 de maio; (v) R\$ 50.000 em 30 de junho; (vi) R\$ 85.000 em 28 de setembro; (vii) R\$ 70.000 em 30 de outubro; e (viii) R\$ 115.000 em 22 de dezembro, totalizando R\$ 577.789. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Em 2023, a Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 15 de junho, 28 de setembro e 27 de dezembro, a distribuição a seus acionistas de JCP nos valores de R\$ 158.695, R\$ 75.650 e R\$ 77.563 respectivamente, líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício.....	1.711.872	674.500
(-) Reserva legal - 5% (i).....	(30.583)	(33.740)
Realização da reserva de reavaliação.....	28.140	70.182
Lucro básico para determinação do dividendo.....	1.709.229	711.242
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....	427.307	177.811
JCP distribuído - líquido (ii).....	311.908	290.843
Complemento dividendos mínimos obrigatórios.....	115.399	—
Dividendos intermediários.....	176.601	—
Total de dividendos e JCP.....	603.908	290.843
Total por ação (R\$).....	0,85170	0,46390

(i) O valor constituído referente ao exercício de 2023 representa a 20% do capital social. (ii) Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 366.950 destacado na DMPL, está incluso R\$ 55.042, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Plano em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Plano em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas. As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, incluindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	87.325	13.734
Diferimento do exercício.....	125.878	79.020
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito.....	(73.298)	(5.429)
Saldo final.....	139.905	87.325
Valor de mercado médio ponderado (R\$).....	28,92	29,33

	Quantidade Dezembro de 2023	Quantidade Dezembro de 2022
Saldo inicial.....	2.004.583	241.649
Diferimento do exercício.....	4.379.881	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito.....	(2.070.850)	(86.897)
Saldo final.....	4.313.614	2.004.583

25. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos
Automóveis.....	7.504.370	7.377.536
Resp. civil facultativa veículos.....	1.997.561	1.858.915
Demaís - automóveis.....	1.250.660	1.132.990
Compreensivo empresarial.....	968.933	866.355
Vida individual e grupo.....	775.043	727.170
Fiança locatícia.....	777.112	677.942
Demaís - vida.....	539.963	531.500
Compreensivo residencial.....	904.756	602.466
Demaís - patrimonial.....	402.424	377.350
Demaís - transportes.....	207.273	247.703
Demaís - rural.....	64.200	60.535
Demaís ramos.....	435.925	408.314
Total.....	15.828.220	14.968.776

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis.....	56,2	21,7
Resp. civil facultativa veículos.....	55,3	18,2
Demaís - automóveis.....	50,6	18,3
Compreensivo empresarial.....	42,2	27,7
Vida individual e grupo.....	39,2	29,7
Fiança locatícia.....	44,9	19,6
Demaís - vida.....	28,4	29,4
Compreensivo residencial.....	47,4	30,6
Demaís - patrimonial.....	34,2	19,8
Demaís - transportes.....	33,8	22,8
Demaís - rural.....	10,7	12,2
Demaís ramos.....	17,8	22,3
Total.....	50,1	22,2

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos
Automóveis.....	6.906.258	5.727.363
Resp. civil facultativa veículos.....	1.701.379	1.494.034
Demaís - automóveis.....	792.981	688.550
Compreensivo empresarial.....	685.854	613.670
Vida individual e grupo.....	1.032.671	943.118
Fiança locatícia.....	757.172	571.759
Compreensivo residencial.....	481.186	429.442
Demaís - vida.....	458.276	433.989
Demaís - patrimonial.....	229.053	196.181
Demaís - transportes.....	340.478	320.890
Demaís - rural.....	48.081	43.931
Demaís ramos.....	359.937	335.593
Total.....	13.783.926	11.798.420

26. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Bruto de Liquido de resseguro	Bruto de Liquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos.....	(955.380)	(958.930)
Provisão de riscos não expirados.....	(26.709)	(39.160)
Outras provisões.....	22.645	(27.208)
Total.....	(959.444)	(962.995)

27. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Sinistros avisados - administrativos.....	(6.539.368)	(5.918.620)
Porto Socorro.....	(1.332.272)	(990.885)
Sinistros avisados - judiciais.....	(66.377)	(90.604)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(54.795)	(79.203)
Ressarcimentos.....	269.276	652.987
Salvados.....	638.290	244.451
Outras despesas com sinistros (*).....	(364.767)	(328.393)
Total.....	(7.450.013)	(6.508.260)

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

28. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Comissões sobre prêmios retidos.....	(3.442.868)	(3.006.824)
Outras despesas de comercialização.....	(110.412)	(90.360)
Variação das despesas de comercialização diferidas.....	248.793	320.343
Total.....	(3.304.487)	(2.776.841)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 14) e as despesas de comercialização não diferidas.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cobrança.....	(72.485)	(50.168)
Encargos sociais.....	(31.123)	(29.271)
Provisões de juros.....	(20.366)	(8.592)
Benefícios concedidos a segurados.....	(18.613)	(30.115)
Assistência.....	(14.587)	(41.023)
Dispositivo anti-furto.....	(13.342)	(9.531)
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(12.871)	(9.081)
Honorários advocatícios.....	(7.224)	(5.636)
Outras.....	(25.222)	(12.059)
Total.....	(215.833)	(195.476)

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pessoal e benefícios pós-emprego.....	(1.803.578)	(1.380.058)
Provisão de terceiros.....	(647.213)	(604.495)
Localização e funcionamento.....	(368.975)	(354.409)
Publicidade.....	(121.344)	(116.778)
Donativos e contribuições.....	(32.889)	(25.647)
Despesas recuperadas (i).....	915.002	839.213
Outras.....	(159.310)	(1.670.279)
Total.....	(1.919.310)	(1.670.279)

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto.

31. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS.....	(354.639)	(221.348)
PIS.....	(57.630)	(35.980)
Outras.....	(14.268)	(10.331)
Total.....	(426.537)	(267.659)

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação.....	429.213	178.120
Juros de títulos disponíveis para a venda.....	166.765	163.059
Operações de Swap.....	83.721	69.384
Variações monetárias dos depósitos judiciais.....	57.420	53.643
Outras.....	47.819	66.168
Total de receitas financeiras.....	783.938	525.374
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo.....	(48.112)	(44.938)
Operações de seguros.....	(31.734)	(31.323)
Desvalorização de juros de títulos para negociação.....	(25.933)	(48.193)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda.....	—	(4.670)
Despesas com empréstimos bancários.....	(22.293)	(19.140)
Juros de arrendamento.....	(15.466)	(13.452)
Outras.....	(42.690)	(17.231)
Total de despesas financeiras.....	(186.228)	(178.947)
Resultado financeiro.....	597.710	346.427

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis as praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto;

(ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física;

(iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida;

(iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde;

(v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;

(vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;

(vii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(viii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(ix) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos a receber e por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo		
Portoseg.....	1.501.464	1.433.550
Azul Seguros.....	38.936	50.646
Porto Saúde.....	13.463	13.054
Porto Assistência.....	6.507	6.295
Porto Consórcio.....	9.094	5.941
Porto Atendimento.....	5.666	5.779
Itaú Auto e Residência.....	3.611	3.182
Porto Vida.....	1.596	2.446
Portocap.....	1.281	588
Demaís.....	6.064	6.829
Total.....	1.587.682	1.528.310

Demonstração do resultado

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Azul Seguros.....	319.062	496.531
Portoseg.....	235.097	160.927
Porto Saúde.....	142.691	132.708
Porto Atendimento.....	71.253	93.962
Porto Consórcio.....	86.422	67.571
Itaú Auto e Residência.....	41.020	40.936
Porto Vida.....	25.759	27.229
Serviços Médicos e		
Porto Saúde Ocupacional.....	6.517	9.651
Proteção e Monitoramento.....	6.996	6.798
Porto Assistência.....	90.228	48.725
Demaís.....	55.646	85.592
Total.....	1.080.690	1.170.621

Despesas

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Azul Seguros.....	—	—
Portoseg.....	—	(8.533)
Porto Saúde.....	(134.863)	(115.444)
Porto Atendimento.....	(43.951)	(86.520)
Porto Consórcio.....	(20)	—
Itaú Auto e Residência.....	—	—
Porto Vida.....	—	—
Serviços Médicos e		
Porto Saúde Ocupacional.....	—	(458)
Proteção e Monitoramento.....	(69)	(1010)
Porto Assistência.....	(1.193.537)	(453.850)
Demaís.....	(49.865)	(40.717)
Total.....	(1.438.414)	(705.623)

33.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Participação nos lucros - administradores.....	104.862	75.593
Honorários de diretoria e encargos.....	29.503	25.514
Total.....	134.365	101.107

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina dois planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2023, os planos contavam com cerca de 4,8 mil (4,6 mil em dezembro de 2022) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 21.014 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 19.192 em 31 de dezembro de 2022).

34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício.....	71.178	66.316
Custo dos benefícios.....	3.972	3.846
Custo de juros.....	8.532	6.642
Benefícios pagos.....	(12.837)	(5.588)
Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial.....	20.594	(926)
Outros.....	(861)	867
Saldo final do passivo.....	90.578	71.177

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2023, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano).....	5,64%
Tax	

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Presidente	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados	CAROLINA HELENA URBANO ZIARG Diretora de Gente e Cultura	CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM Diretora de Produto - Seguros de Pessoas	PAULO HENRIQUE GALLEGGUILLOS CALDERON Diretor
PAULO SÉRGIO KAKINOFF CEO Seguros	MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros	FÁBIO OHARA MORITA Diretor Técnico	JAIME SOARES BATISTA Diretor de Produto - Automóvel	TIAGO VIOLIN Diretor
PATRICIA CHACON JIMENEZ COO (Chief Operating Officer) - Seguros	SAMI FOGUEL Diretor Vice-Presidente	EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL Diretora de Produção	JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor de Produto - Ramos Elementares	DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA Diretor
CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos	LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Atendimento	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor	LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA Diretor
LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor de Tecnologia da Informação	IZAK RAFAEL BENADERET Diretor	MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1598

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.10 e 22, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 11.058.995 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólice em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.10.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidade, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das

demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, não são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações

financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro

Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Aos Acionistas e Administradores da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais São Paulo - SP

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais

DANIELE GOMES YOSHIDA:39
141081899

Assinado de forma digital por DANIELE GOMES YOSHIDA:39 141081899
Data: 2024.03.18 14:40:33 -03'00'



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no CR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**Balanço encerrado em 31 de dezembro 2023**

(valores em milhares de reais)

Ativo

Ativo Circulante – A C (*).....	13.143.671
Realizável a Longo Prazo – R L P	3.391.655
Investimentos, Imobilizado e Intangível.....	4.640.503
Ativo Total – AT	21.175.829

Passivo

Passivo Circulante – P C	12.129.542
Passivo Não Circulante – P N C	2.491.559
Patrimônio Líquido – P L	6.554.728
Passivo Total – PT	21.175.829

Indicador de Análise Econômico-Financeiro**Índice de Liquidez Geral (ILG):**

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{16.535.326}{14.621.101} = 1,13$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{21.175.829}{14.621.101} = 1,45$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{A C}{P C} = \frac{13.143.671}{12.129.542} = 1,08$$

Grau de Endividamento (GE):

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{14.621.101}{21.175.829} = 0,69$$

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{6.554.728}{14.621.101} = 0,45$$

(*) Montante composto pelo saldo total do ativo circulante, somado ao saldo dos títulos disponíveis para venda no longo prazo. (vide nota explicativa 8.5).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balanço encerrado em 31 de dezembro 2023

Nota explicativa:

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2023, (vide nota explicativa nº. 8.5), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.746.737 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”, títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141
081899

Assinado de forma digital
por DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141081899
Dados: 2024.03.14
16:22:51 -03'00'

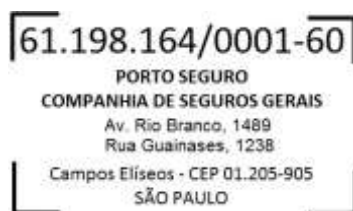
Daniele Gomes Yoshida
Contador - CRC 1SP 255783/O-1

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob. o n.º 61.198.164/0001-60, sediada à Rua Guaianazes, 1234/38/82, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, por intermédio de seus representantes legais abaixo assinados, declara:

- a) **não está impedido** de participar das licitações e contratos da EPAGRI, conforme artigo 38 da Lei federal nº 13.303, de 2018¹ e artigos 17 e 34 do RILC-EPAGRI;
- b) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo os maiores de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz;
- c) comunicará qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica e financeira;
- d) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- e) que tem ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01, 2020 (publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020, Edição nº 21.236), que trata da “cláusula anticorrupção”, além de outras, é causa para a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

São Paulo, 23 de outubro de 2024.

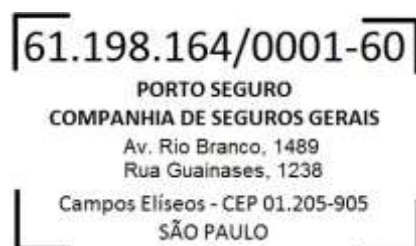




DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob. o n.º 61.198.164/0001-60, sediada à Rua Guaianazes, 1234/38/82, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, por intermédio de seus representantes legais abaixo assinados, declara, sob as penas da rescisão do futuro contrato, para os devidos fins requeridos no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no art. 1º, da Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seus quadros de empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

São Paulo, 23 de outubro de 2024



Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ
SEMAD/DEBES

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ n ° 61.198.164/0001-60, sediada à Rua Guaianazes, 1234/38/82, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, forneceu para este órgão público Município de Pinhais, CNPJ 95.423.000/0001-00, estabelecida na Rod. Dep. João Leopoldo Jacomel, nº 12.162, Térreo, Cep.: 83.323-410, Centro, Pinhais/PR, serviços de seguro de total conforme abaixo especificado:

Ramo	quantidade	apólice
Automóveis/veículos	347	531.7.12315375
Máquinas/equipamentos	48	171.07.1.231.586-2
Imóveis/locais	111	118.07.87.693-0

Atestamos ainda, que cumpriu satisfatoriamente todos os compromissos assumidos na prestação dos serviços acordados no **14º aditamento do contrato nº 140/2020 com vigência de 04.06.2022 até 04.06.2023**, bem como foram cumpridos todos os prazos de execução e a qualidade dos serviços, não existindo fatos que desabonem a conduta e respeitabilidade desta Empresa com suas obrigações assumidas.

Pinhais, 08 de fevereiro de 2024.

Sandro

Marcio Vieck

Assinado de forma
digital por Sandro
Marcio Vieck

Dados: 2024.02.08
10:14:50 -03'00'

Sandro Márcio Vieck
Diretor Departamento de Bens e Serviços